ACTAS

ASSEMBLEIA

GERAL

Para a repetição deste livro bastará referir-se ao modelo 200-D
(com 100 fls.)
Azevedo LOJOS DE PELEF. SERVIÇO PORTO
PAPELARIA - COM OFICINAS GRÁFICAS

6387 A.M.A/U.A.M.P.
SC1
SR2
/1

CD25A

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

1/100 f.

CD25A

Associação de Moradores das Antas

SEDE:
PRAÇA DR. PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA, 59 — TELEFONE, 56 27 22 — 4300 PORTO

Porto, 11 de Dezembro de 2002

Convocatória

Convocamos o associado para uma Assembleia Geral Ordinária, na sede da Associação de Moradores das Antas, no dia 27 de Dezembro de 2002, pelas 21,30h, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1 - discussão e aprovação do relatório de contas até 30 de Novembro de 2002
- Ponto 2 - 30 minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação
- Ponto 3 - eleição dos novos corpos gerentes.

Sem mais de momento agradecemos a presença de todos os associados na Assembleia.

Pela Comissão Administrativa

Associação Moradores das ANTAS
Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 59
PORTO

Mónica Ferreira

Nota: Se à hora marcada não estiver o numero de associados previsto nos Estatutos, esta Assembleia principiará 30 minutos mais tarde com qualquer numero de associados.

F387 A.M.A/U.A.H.P.
SC1
S82 (1-1)

CD25A

11/03/08 - 22 Horas ás

José Ferreira - F. Jesus - Maximiano - Orlando - F. Cabral - Alexandre

Começou para marcação A.G., ficou decidido para dia 18 Abril de 2008, marcação Conselho Fiscal dia 20/03 para assinar relatório a Contas ás 21,30

~~Falou~~ Infantario não fecha mês de Agosto - ficou por decidir se as crianças que não frequentão nesse mês, se pagam a mensalidade.

falou-se sobre as funcionarias Agostinha e Elisabete sobre a rescisão do Contrato mutuo Acordo

CD25A

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE ARTE

Para
livra
ao r
PAPEL

CD2025A

Reunião de Moradores

21/2/75 = 22 h. 15 m.

Ordem de Trabalho:

1º - Informação sobre a ocupação de casas, verificada no Porto.
2º - Eleição dos corpos directivos da Associação de Moradores das Ruas.
3º - Discussão e aprovação dos Estatutos da Associação de Moradores das Ruas.

Constituição da Mesa: Snr. José Danilo - Presidente
Snr. Domingos Paiva - 1º acta
Snr. José Fernandes - Inscrições

Snr. Danilo - Pediu desculpa à assembleia pela demora no início da reunião, explicando o motivo.
Snr. Arq. Pedro Ramalho - explicou o motivo de estudantes andarem acompanhados de polícias, na zona.
Snr. Danilo - pediu aos moradores para que não fossem na conversa de certas pessoas que andam a ver se atrasam os nossos trabalhos.
Falhando também sobre a ocupação de casas na rua da Bouça e Monsinho da Silveira.
Falhou, ainda, dos slides que o Snr. Arq. Pedro Ramalho expôs, em tempos e sobre o projecto idealizado pelo mesmo.
Snr. Narciso Almeida - pediu informações sobre a actual demolições das casas que considerou Injudiciais, e sobre a actuação da Comissão e fins da mesma.
Snr. Arq. Ramalho - explicou como iriam ser as

futuras casas e a natural interferência dos moradores na escolha do modelo de casas.
Falou sobre as demolições (resposta) e os slides a expor brevemente.
Snrs. Danilo - leu uma moção da Brigada do S.M.H.L. sobre problemas existentes em relação à Câmara e Governo.
Snrs. Narciso - pediu explicação sobre o processo, pois que não estava informado pelo delegado de sua ilha.
Snrs. Danilo - respondeu que o delegado da casa do Snrs. Narciso era o Snrs. Eduardo Pinto e que devia ser informado pelo seu delegado.
Snrs. Arquitecto Ramalho - explicou como estava o processo das expropriações, como se dava o S.M.H.L. e porquê.
Falou ainda dos valores dados pelo Governo e dos valores a título de empréstimo.
Snrs. Danilo - pediu que a Assembleia se pronuncia-se sobre as listas e leu as 5 listas eleitorais apresentadas.
Snrs. Fernando Sousa - propôs que se unificassem as listas e saí-se uma só.
Snrs. Danilo - explicou que não podia ser assim, que não se podia influenciar a Assembleia.
Snrs. José Rodrigues - deu um esclarecimento sobre o número eleitoral.
Snrs. Inês Viegas - após explicar o trabalho da Comissão de Delegados, propôs que se votasse a lista dos delegados.
Snrs. Eduardo Pinto - disse que algumas listas apresentadas eram de delegados e, explicou porque não aceitava um cargo algum além de delegado.
Snrs. José Rodrigues - fez um apelo à união de todos e que os delegados esclarecessem os moradores.
Snrs. Danilo - após algumas palavras de elucidação sobre as listas, propôs que se unificassem as listas numa só e, que todos os nomes das duas tivessem cargos ou tarefas a desempenhar.
Assembleia - após breve discussão sobre o assunto, aprovou

a proposta do Snr. Danilo.
Snr. Danilo – Afirmou que foram entregues estatutos aos moradores para que os lessem para os discutir nesta Assembleia, pelo que se passou ao 3º ponto da Ordem de Trabalho.
Assembleia – aprovou os estatutos na generalidade.
Snra. Ângelo e o Snr. Casimiro – pediram esclarecimentos sobre o artigo 4º d) e da possível colisão com os interesses da Cooperativa das Antas.
Houve breve discussão sobre o assunto sendo ainda intervenientes o Snr. Danilo, a Dª Paula e o Snr. Agº Ramalho.
Assembleia – aprovou o art. 4º), tal como estava.
Snr. Danilo – propôs alteração do artº 27º:
– A convocação é feita por envio aos associados de aviso escrito de que conste, além do mais, a indicação do dia, hora, local e ordem de trabalhos da reunião a convocar.
Assembleia – aprovou a proposta por unanimidade.
Snr. Danilo – propôs alteração do artº 33º:
– A Direcção da Associação é o seu órgão executivo e compõe-se de pelo menos 7 associados que escolherão entre si um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um Tesoureiro e dois vogais, sendo os restantes suplentes.
Assembleia – aprovou por unanimidade a proposta.
Snr. Danilo – propôs alteração do artº 47º:
– Sempre que a complexidade ou gravidade dos problemas administrativos o exijam, poderá a Direcção, o Conselho Fiscal ou a Assembleia Geral pedir a colaboração, remunerada ou não, de técnicos pertencentes a estes órgãos ou a sócios Associação.
Assembleia – aprovou a proposta do Snr. Danilo.
Snr. Domingos – propôs uma alteração ao artº. 50º: 3).
Assembleia – aprovou a proposta do Snr. Domingos.
Snr. Danilo – felicitou a reunião com um voto de confiança que os moradores escolham bem os eleitos. Agradeceu, ainda a atenção dos presentes.

Reunião Geral de Moradores

1 - 7 - 75 - 22 - horas

Ordem de Trabalhos:

1ª Informações sobre o processo;
2ª Pagamentos dos Alugueis à Associação;
3ª Inscrições de Sócios;
4ª Propostas de abaixamento de rendas;
5ª Assuntos diversos.

Constituição da mesa: Snr. José Danilo - presidente;
Snr. Domingos - inscrições
Maria Elisa - acta.

Abriu a Assembleia o presidente Snr. Danilo: Começando por pedir desculpa pelo atraso em começar a assembleia, explicando o motivo. Em seguida, deu uma informação sobre o decorrer dos trabalhos da brigada do S.A.A.L. Falou ainda, do início da primeira fase do processo, como: a desratisação.
Apelou ainda, para a boa compreensão das pessoas e unidade das mesmas; para deste modo, suprimir as dificuldades que irão surgir ao longo do processo.
Continuou o Snr. Danilo: Lendo uma fotocópia do Diário do Governo, em que dá a aprovação da expropriação dos terrenos e início do trabalho; continuando por explicar a mesma.
Deu-se início às inscrições de pessoas que desejassem fazer perguntas relacionadas com o assunto exposto.
1ª Snr. José Rodrigues pedindo explicação do

CD25A

Decreto número? Mas foi-lhe dito que este não tem número, mas sim despacho. É ainda do Art.º 34.º)
Que lhe foi lido, assim como o despacho da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo de 3 de Junho de 1985 publicado no Diário do Governo de 25 Junho Nº 194 2ª Série.
Mais tarde esteve presente o Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Câmara. Sendo-lhe pedido que fosse ele a dar uma explicação à população, sobre como decorre o processo das Hortas a nível da Câmara. Disse ainda que motivado pela doença do Presidente da Câmara não foi ainda possível reunir com os moradores. Um morador perguntou ao Presidente: se devem ou não, pagar as rendas aos senhorios? Respondendo este: Que não se obriga a população a pagá-lo, mas a Câmara a partir do presente verificar a ser a propriedade dos terrenos (como senhorio dos solos), as pessoas não ficam com o perigo de serem despejados, porque a Câmara não deseja os moradores. Os senhorios irão ser notificados para serem esclarecidos, disse por fim.
O Sr. José Rodrigues, fez outras perguntas ainda relacionadas com a entrega, o que não foi aceite pela população.
Como a maior dúvida da população fosse: o pagar, ou não ao senhorio, ou Associação? Comunicou-se à população que amanhã dia 2 será distribuído um comunicado dos casos a propriedades e a quem devem pagar a renda.
Depois disto, foi posta à população uma proposta: Concordam ou não, este mês pagar a renda ao senhorio, ou Associação? Foi aprovado por unanimidade que ficariam a pagar à Associação, só este mês.
Data do pagamento à Associação:
Do dia 1 ao dia 8 de cada mês: das 21,30 às 23,30 horas.

Trazendo o último recibo do mês anterior.

Como fosse levantado o problema de baixar ou não as rendas superiores a 500$00, foi lido as propostas feitas na reunião de Direcção, para dar conhecimento á população das dificuldades que motivaram a não avaliação de cada casa. Só depois, com casos concretos poderemos resolver o problema do abaixamento. Sobre este assunto esclareceu o Arqº Pedro Ramalho.

Foi ainda, lida, uma proposta feita por um morador. (Nº 51 a)

O que foi aprovada por unanimidade.

Como a hora já ia adiantada o presidente Snr. Danilo: propôs que o caso das casas sub-alugadas e da renda baixar, fosse considerada numa nova Assembleia de Moradores. Porque deu por encerrada a Assembleia.

a) A Proposta aprovada foi do seguinte teor:

Em caso de haver inquilinos que por acaso já tenham pago meses adiantados ao senhorio, devem apresentar os recibos para que a Associação tente receber essas importâncias, e os inquilinos paguem a partir da altura que termine o valor do que pagou ao senhorio.

José Danilo Costa da Cunha

Maria Elisa Martins Dantas

Reunião Geral de Moradores:

1 - 8 - 75 - 22 horas

Ordem de Trabalhos:

CD25A

1º Informações
2º Abaixamento de rendas
3º Concessão de subsídios a duas ex-senhorias.

Constituição da Mesa: Snr. José Danilo - Presidente
Snr. Fernando Aurélio - Inscrição
Maria Filisa - acta.

Ponto I

Foi aberta a Assembleia pelo Snr. Danilo, focando o primeiro ponto / informação sobre a primeira fase de construção.
Houve a intervenção da Arquitecta Margarida sobre o andamento da construção que no entender dela, tentamos que descobrir meios mais eficaces de fazer ir mais rápido o trabalho, pois reconhecendo que ele está fora do prazo estipulado para a fase inicial há que reconhecer que o andamento é lento.
Em seguida falou o Arqu. Pedro Ramalho, focando o mesmo ponto e da queixa da Direcção em relação aos trabalhadores da Câmara que passam parte do tempo parados.

1º Intervenção de um morador perguntando: A quem deve pagar a renda? O mês passado pagou à Associação e este mês a quem deve fazer...
Foi-lhe dito que os senhorios foram convocados para ir à Câmara e lá os informaram que a partir do momento perdiam o direito aos solos expropriados. Interviu o Snr. Danilo dizendo: Que o dinheiro das rendas seria posto sapre e depois distribuído conforme as necessidades do momento.

Ponto II

Começou por falar do abaixamento de rendas, lendo a proposta elaborada na Reunião de Direcção, isto em função do presente, ver-se-á o que fazer no futuro.

CD25A

Proposta nº 1 é do seguinte teor:
Propontro: O abaixamento de rendas acima de 500$00 da seguinte forma:
Renda até 1000$00 - baixar para 500$00
" de 1000$00 até 1500$00 - baixar para 750$00
" de 1500$00 até 3000$00 - baixar para 1000$00
Excepto para o caso das subalugas.
Domingos (15 votos)

Foi aprovada por maioria
Disse ainda que o pagamento se efectuaria a partir do dia 4 ao dia 12 precisamente para detençarmo-nos sobre os casos em que serão baixadas as rendas. A este proposito a Arqu. Margarida deu uma achega dizendo que a associação já ia a dar um bom passo, mas que teremos de abançar no conhecimento concreto de cada casa, ao que lhe foi dito que para este assunto a Direcção já tem um grupo encarregado em debençar-se sobre estes casos concretos.

Ponto III

Subsidio ás duas senhorias: Foram lidas 2 proposta elaboradas em reunião de Direcção:
Proposta nº 1: é do seguinte teor:
Propontro: que receba o mesmo rendimento e mais um subsidio que totalize 500$00 só á dos 160$00 (8 votos)
Proposta nº 2:
Propontro que as duas expropriatárias recebam em igualdade 350$00 até decisão governamental e reaver este dinheiro que á priori cedemos ás expropriatárias. Lembrar que esta decisão é só ás pessoas em causa. (15 votos.
Aprovado por maioria a 2ª proposta
Falou depois o Tesoureiro Fernando Aurélio esclarecendo a população a proposito dos boatos contra a associação. Ouve ainda a intervenção do Delegado José Cardoso sobre o mesmo assunto acima referido e ainda pedindo o apoio da população em especial da masculina para ajudar na reconstrução da casa para funcionamento a curto prazo da

Credor. Foi encerrada a Assembleia.
Presidente – José Danilo Costa da Cunha
1º Secretário –
2º Secretário – Maria Elisa Martins Dantas

Reunião de Moradores

28 – 9 – 75 – 11 horas.

Ordem de Trabalhos:

1º. Informações sobre o processo.
2º – Deliberação sobre o arranque e Orçamento da Construção
3º – Deliberação sobre o números de sócios
4º – Resolução sobre a ocupação de uma casa feita por um inquilino.

Constituição da Mesa: Snr. Danilo – Presidente
Snr. António Manuel – Inscrições
Maria Elisa acta

Após a intervenção do Presidente da Assembleia, foi posta à consideração das pessoas se deviamos, ou não realizar a Assembleia (com o número restrito de pessoas, ao que nos parece devido à chuva), todos concordaram em que esta se realizasse.

Ponto I

Primeira fase do processo.
Foi dada uma explicação sobre as casas a construir, sendo em número de 32. Feitas por 4 filas de 8 casas cada, disse ainda, da falta de verba sendo o subsídio presente de quinhentos e quarenta contos.

CD25A

Falou o Tesoureiro Fernando Aurélio, informando sobre os depósitos, mostrando os respectivos cheques, disse o porquê da quantia estar depositada no seu nome e do Presidente da A. Geral e da democracia que tudo isto tem.
Fez uma intervenção o Presidente da Direcção sobre os problemas dos proprietários, das diligências efectuadas junto da Câmara e do SAAL. E ainda, o pensamento da Direcção em não gastar o dinheiro das rendas, mas antes deixa-lo para no futuro ajudar o pagamento de rendas de pessoas que não poderão suportar rendas superiores a 300$00 ou 400$00. Por um estudo efectuado conclui-se que haverá 17% da população com mais de 50 anos e 12% de crianças sendo portanto pequeno o número de idade activa.

Ponto II

Orçamento da construção.

Número total de fogos a construir - 450 fogos
Número de fogos em execução - 35 fogos
Estudo económico simples da operação

T1	custo médio	160 contos	Nº fogos	100	—	15.000 C.
T2	"	"	220 contos	Nº "	190	— 41.800 C.
T3	"	"	250 contos	Nº "	130	— 32.500 C
T4/5	"	"	280 contos	Nº "	30	— 8.400 C.
				Totais	450	98.700 C

Total de subsídio a fundo perdido a conceder - 450 x 90 = 40.500 C.
Total anteriormente - concedido - 540 C (para 35 hab. x 15.000$ = 540.000$. Total a conceder imediatamente, ou em fases - 2.000 contos até ao fim do mês de Dezembro 1985.
Falou-se da construção e da Cópula, dando conhecimento das vantagens em construir as primeiras 8 casas e das desvantagens em construir 32. Terá de ser a Assembleia a decidir se devem, ou não iniciar as 8, ou 32, esperando do Governo a restante quantia para acabar. Nesta altura foi posta Assembleia uma proposta por um morador.
1ª Proposta - Morador António Martins, propõem que o dinheiro das rendas seja somado ao fundo perdido, para ser inc-

CD25A

luído no dinheiro a gastar nas obras. Aprovada.
2ª Proposta: - feita por Morador Viegas. A assembleia devia deixar á consideração da Direcção + Brigada a construção, pois esta estará mais dentro do assunto para deliberar, porque no entender dele devia-se arrancar com as 32. Ainda na sua opinião a Direcção devia fazer pressão junto dos Moradores para virem pagar a renda á associação.
O Snr. Armando deu uma explicação de como vê a construção no seu no seu início.

Ponto III

Números de Sócios:
Proposta para definir como se há-de proceder á atribuição do número de sócios, definidas na reunião de Direcção no dia 30/8-75.
1ª Proposta: Que as pessoas afectas á Direcção presente e todos aqueles que no notário legalizaram a Associação sejam os primeiros a obter o Nº de sócios.
2ª Proposta: Que seja feito um sorteio com os nomes já existentes de sócios e que se atribua o Nº que calhar e para não ferir susceptibilidades aqueles que dependem a ideia de serem fundadores, ser-lhe-ía atribuído o F. de fundador
3ª Proposta: 1º Que sejam os que legalizaram a Associação e são directores.
2º Todos os outros que se teem distinguido pelo seu trabalho e dedicação.
3º Delegados e colaboradores.
Foi Aprovada a proposta seguinte:
1º Os fundadores
2º Os delegados
3º Todos os outros que vieram pagar á Associação tal como estão definidos pelos recibos:
Aprovada por maioria

Ponto IV

Informação sobre o grupo de dinamização e sua função.

CD25A

F387 A.M.A/UAMP
SC1
SR2

(1-2)

1/3 f.

VERBAS PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES - SAAL

PEDIDO DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS

1. Identificação da operação - Zona das Antas

2. Identificação da Associação de Moradores - Associação de Moradores das Antas, legalizada a 28 de Maio de 1975.

3. Número total de fogos a construir - 450 fogos

   Número de fogos em execução - 36 fogos

4. Estudo económico simples da operação

T_1	custo médio	160 contos	nº fogos 100	—	16.000 c
T_2	" "	220 contos	" " 190	—	41.800 c
T_3	" "	250 contos	" " 130	—	32.500 c
$T_{4/5}$	" "	280 contos	" " 30	—	8.400 c
			TOTAIS 450 f.		98.700 c

5. Total de subsídio a fundo perdido a conceder - 450 × 90 = 40.500 c

   Total anteriormente concedido - 540 c (para 36 hab. × 15.000$ = = 540.000$)

   Total a conceder imediatamente e/ou por fases - 2.000 contos até ao fim do mês de Dezembro 1975.

6. Justificação do pedido de 90 contos como fundo perdido:

   Considera-se indispensável à sobrevivência da operação a concessão dos 90 c como fundo perdido por fogo, tendo em consideração os seguintes factores:
   - o baixo nível económico da população
   - a elevada percentagem de pessoas de idade, sem qualquer possibilidade económica (cerca de 17% da população da zona das Antas tem mais de 60 anos)
   - a elevada percentagem de crianças (cerca de 20% da população da zona das Antas tem menos de 13 anos)
   - a elevada percentagem do sector não activo (cerca da 50% da população)

CD25A

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Crianças	196
Cumprindo o serv. militar	24
Domésticas	235
Estudantes	170
Reformados	150
Desempregados	7
Total	782

- A recuperação altamente dispendiosa face ao estado de degradação das casas, das quais, na maior parte dos casos, só poderão ser aproveitadas as paredes exteriores.
- As características topográficas do terreno, com acentuado declive, o que obriga à construção de numerosos muros de suporte extraordinàriamente caros.
- A natureza do terreno, com rocha viva à superfície, o que dificulta e onera a operação.

CD25A

T_1

Custo →	160	160
Subsídio	60	90
	100	70

Renda com juros a 3% amortizada mês a mês → $\boxed{550\$}$ 380$

T_2

custo →	220	220
subsídio	60	90
	160	130

Renda 880$ 720$

T_3

custo -	250	250
subsídio -	60	90
	190	160

Renda 1050$ 880$

T_4

custo →	280	280
subsídio →	60	90
	220 c.	190 c.

Renda 1200$ 1050$

CD25A

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Depois foi lida a acta de Direcção sobre o caso da ocupação do Morador Domingos Pais. Ficando decretado que o Domingos Paise o filho do inquilino dessa casa estivessem presentes nesta Assembleia Geral para exclarecer o assunto. Como o filho não podesse estar presente o pai deste enviou á Direcção uma carta como seguinte teor:

Ex.ma Direcção da Associação de Moradores das Antas
Porto

Ex.mos Senhores.

Na impossibilidade de estar presente a essa Assembleia e, até, dado que me foi dado conhecimento, hoje por um morador que essa se realizava, serve esta para confirmar as palavras proferidas pelo meu filho e pelo Domingos na reunião efectuada com essa Direcção há dias.

Mais confirmo as palavras sobre o assunto em causa (casa nº 3 - R. Antas nº 130) que o Domingos hoje disser e que digam directamente respeito á minha pessoa e á casa referida.

Certo da vossa compreensão sou atenciosamente

José Joaquim de Pinto e Costa

No final da leitura o Domingos Pais expôs o caso da ocupação por escrito, após esta leitura foram feitas várias intervenções por moradores. Foi posta á consideração da assembleia Geral O Domingos Pais continuar a habitar a casa ninguém se opôs.

Após este assunto, foi apresentado o caso de uma moradora presente na reunião, que está a dormir num colchão no chão e o marido está a regressar do serviço militar e não tem uma casa para viver, havendo casas vagias na zona.

O Vasconcelos apresentou uma proposta sobre este caso:

Proponho: Em virtude de haver uma casa desabitada na ilha do Pátio, que esta seja entregue á senhora que anda a

dormir no chão e que tem de andar com o colchão de lado para lado. Ficando de ser chamada a inquilina dessa casa, para de acordo tentar resolver o problema.

Como a hora já ia adiantada foi dada por terminada a Assembleia.

Presidente - José Danilo Costa da Cunha
1º Secretário -
2º Secretário - Maria Elisa Martins Dantas

Reunião de Moradores

25 - 11 - 75 - 22 horas

Ordem de Trabalhos

1ª Informações sobre a construção
2ª Parcelas expropriadas
3 - Caderno de Reivindicações a discutir

Constituição da mesa: Snr. Danilo - Presidente
Maria Elisa - acta

Ponto I

Informações

O Snr. Danilo deu uma informação aos moradores sobre a primeira fase de construção e da futura, mas por escrito. Em seguida, leu uma proposta de um grupo de trabalhadores dos serviços SAAL Norte, a qual se junta em folha de acta.

Ponto II

Parcelas expropriadas:

Foram lidos alguns documentos que tornam oficial as parcelas expropriadas.

CD25A

1/4

F387 A.M.A/UAMP
SC1
SR2

(1-3)

Exma

Direcção da

Associação de Moradores das Antas

PORTO

Exmos Senhores

Na impossibilidade de estar presente a essa Assembleia e, até, dado que me foi dado conhecimento, hoje por um morador que essa se realizava, serve esta para confirmar as palavras proferidas pelo meu filho e pelo Domingos na reunião efectuada com essa direcção, há dias.

Mais confirmo as palavras sobre o assunto em causa (Casa n.º 3 - R Antas n.º 130) que o Domingos hoje disser e que digam directamente respeito á minha pessoa e á casa referida.

Certo da vossa compreensão sou

atenciosamente

José Joaquim de Pinho e Cort

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
LEVANTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

CD25A

Depois, de ser do conhecimento de todos o carácter oficial das parcelas já foi feitas algumas interVenção por parte dos moradores.
Foi dado conhecimento da saída em Diário do Governo da oficialização da Associação de Moradores das Antas.
Sobre este assunto deu uma intervenção o aspirante Pedro Ramalho. Ainda sobre o Diário do Governo falou o Dr. Flávio Brochado, dizendo do avanço que já se fez no mundo da Freguesia e da necessidade que temos de avançar neste processo.
Esclareceu a população sobre os problemas que podem surgir se esta não estiver atenta.

O sr. Danilo deu conhecimento da quantia que foi pedida ao Estado, do que já recebemos e da quantia que está pedida.

Foi pedido a um membro do Grupo de Dinamização para dar conhecimento à população da Freguesia desde grupo e o que pretende fazer.

Ponto III

Caderno de Reivindicações.

Deu-se à população um caderno reivindicativo o qual foi aprovado na generalidade, depois foi lido ponto por ponto para ser aprovado na especialidade. Sobre este assunto o Dr. Flávio Brochado deu uma achega. Foi posto à aprovação, sendo aprovado por unanimidade. O qual foi entregue ao SAAL para ser enviado às entidades competentes. Como houve mais nada sobre o caderno a ser discutido foi dado por terminado este ponto.
Houve ainda mais pontos a esclarecer nas intervenções feitas por os moradores em relação às casas expropriadas e sanitários, os quais foram esclarecidos pela Presidente da Assembleia.

Foi lida uma carta do Sr. Presidente da República a uma moradora das Antas.

já a terminar um membro do grupo de Dinamização fez um apelo aos moradores no sentido destes, ajudarem a construir o pavilhão anexo à creche.
Foi agradecida a presença do Presidente da Junta de Campanhã, o qual falou da acção da mesma nas comissões de Moradores.
Como nada mais havia a discutir foi agradecida a presença dos moradores e deu-se por encerrada a assembleia.

Presidente – José Danilo Costa da Cunha
1º Secretário –
2º Secretário – Maria Filisa Martins Dantas

CD25A

Reunião de Moradores

2-2-76

Ordem de Trabalhos:

1º Informação sobre o processo
2º Discussão sobre o problema das rendas

Constituição da mesa: António Manuel - Presidente
Carmem - acta

O Presidente da Assembléia Geral não estava presente: Não houve justificação nenhuma da sua parte pela sua falta de comparecência. O secretário da A. Geral também não estava presente mas tendo dado uma justificação.
Por isso presidiu à mesa o Presidente da Direcção, e secretariou a Carmem. Este começou por falar nos entraves que tem tido a Coprepa, falando na questão das obras que têm andado muito devagar.
Informou que a Associação já recebeu um cheque de 1.830
Problema da expropriações - Leu-se o documento em que diz que a Câmara tinha um prazo de 30 dias para expropriar.
Informações sobre a delegação que foi a Lisboa. O elemento nosso que foi disse que toda a despesa foi paga pela Associação.
O elemento que foi deu informações sobre o que lá se tratou.
Não deve ter ido a ida, dificuldades em todos os Ministérios.
Disse que o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, se estivesse em nosso lugar sabia como havia de actuar. Pegava em 200 ou 300 pessoas e invadia a Câmara.
António falou na legalização da A. O que se já fez e o que é preciso fazer. Entretanto chegou o Presidente da A. Geral (22,45) e começou a falar. Disse que telefonou ao Mário Brochado para

estar presente na A. Geral a fim de poder esclarecer sobre alguns assuntos os moradores.
Pergunta de um morador. Precisa de pôr novo soalho e electrificação em casa, gostava de saber se valerá a pena pôr ou não.
Pediram esclarecimento ao Pedro Ramalho. Este disse que não há prazos fixos contudo em breve conta-se ter 8 casas prontas.
António – Todo o arranjo em qualquer casa seria a título provisório.
Um morador levantou o problema de se fazer sorteio para as casas. Disse que não concordava. Vários moradores afirmaram o mesmo. Danilo esclareceu.
Morador – Uma vez que o processo está encravado na Câmara, qual a posição da Associação.
António esclareceu: As associações que estão com o mesmo problema, vão ter uma reunião, para discutir o problema e em seguida arranjar formas de luta. Em seguida faz-se-á uma A. Geral para dar conhecimento à população.
Um morador disse que se fosse preciso ir para a Câmara, ele seria o 1º, pois já no tempo do pacismo ele lutou contra a sua senhoria e ganhou a acção.
Passou-se ao 2º ponto.
Deu-se a palavra ao Presidente da Direcção. Começou por dizer que ultimamente estamos a ser assediados pelos senhorios. Uma vez que ainda estamos sob o domínio duma lei pascista, os senhorios têm o direito de receber as rendas enquanto não forem expropriados.
Deu-se circular vinda do S.A.A.L. e em seguida fez-se um resumo desta. Foi apresentada a proposta da Direcção – os moradores continuarem a pagar à Assembleia e esta por sua vez, pagar ao senhorios.
Também foi dita a opinião dos dois advogados que é sobre aqueles casos que vale a pena contestar a acção.
Morador – Pago à Associação, de quem a responsabilidade se o senhorio me levar para tribunal. Fatou-se na ida ao Governo

1/3 f.

ASSEMBLEIA GERAL

2-2-76

ORDEM DE TRABALHOS:

1- Informação sobre o rpocesso

2- Discussão sobre oproblema das rendas

Presidente da Assembleia Geral não estava presente: Não houve justificação nenhuma da sua parte pela sua falta de comparência. O Secretário da A.G. também não estava presente mas tendo dado uma justificação.

Por isso presidiu à mesa o Presidente da Direcção, e secretariou a Carmen

Este começou por falar nos entraves que tem tido a Coprefa, falando na questão das obras que têm andado muito devagar.

Informou que a A. já recebeu um cheque de 1.850

Problema da expropriações— Leu-se o documento em que diz que a Câmara tinha um rpazo de 30 dias para pagar expropriar.

Informações sobre a delegação que foi a Lisboa. O elemento nosso que foi. Disse-se que toda a despesa foi paga pela A.

O elemento que foi deu informações sobre o que lase tratou.

Não teve êxito a ida, dificuldades em todos os Ministérios. Disse que no Mini do Equipamento Social e Ambiente, se estivesse um nosso lugar sabia como havia de actuar. Pegagaem 200 ou 300 pessoas e invadia a Câmara

António falou na legalização da A. O que se já fez e o que é preciso fazer.

Entretanto o P. A.G. (22,15), e começou a falar. Disse que telefonou ao Mário Brochado, para estar presente na A.G. a fim de poder esclarecer sobre alguns assuntos os moradores.

Pergunta de um morador- Precisa de pôr novo soalho e electrificação em casa, gostava de saber se valerá a pena pôr ou não.

Pediram esclarecimento ao Pedro Ramalho. Este disse que não há prazos fixos Contudo em breve conta-se ter 8 casas prontas.

António- Todo o arranjo em qualquer casa seria a título provisório.

Um morador levantou o problema de se fazer sorteio para casas.

F367 A.M A/UAMP
SC1
SR2
/(1-4)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CD25A

Disse que não concordava. Vários moradores afirmaram o mesmo.

Danilo esclareceu.

Morador - Uma vez que o processo está encravado na Câmara, qual a posição da Associação.

António esclareceu: As Associações que estão com o mesmo problema, vão ter uma reunnião, para discutir o problema e em seguida arranjar formas de luta.

Em seguida far-se-á uma A: G. para dar conhecimento à população.

Um morador disse que se fosse preciso ir para a Câmara, ele seria o 1º, pois já no tempo do fascismo ele lutou contra a sua senhoria e ganhou a acção.

Passou-se ao segundo ponto.

Deu-se a palavra ao P. da D. Começou por dizer que ùltimamente estamos a ser assediados pelos senhorios. Uma vez que ainda estamos sob o domínio duma lei fascista, os senhorios têm o direito de receber as rendas enquanto não forem e expropriados.

Leu-se a circular vinda do S.A.A.L. e em seguida fez-se um resumo desta.

Foi apresentada a proosta da Direção- os moradores continuarem a pagar à A. e esta por sua vez, pagar ao senhorios

Também foi dita a opinião dos dois advogados que é sobre aqueles casos que val a pena constestar a acção.

Morador- pago à A. , de quem a responsabilidade se o senhorio me levar para tr bunal. Falou-se na ida ao Governador Civil.

Morador - no caso dos senhorios exigirem mais dinheiro de que aquele que pagam à A. , quem paga.

Resposta- Em parte a culpa desta precipitação foi dos iniciadores da A., mas também uma coisa é certa, foram os moradores que decidiram pagar aqui o aluguer à A. e baixar as rendas

Houve uma pessoa que entretanto se lembrou dum decreto-lei que saiu em 1971 e em que dizia que os alugéis

Foi dada a confirmação do decreto-lei por elemento que acabou de falar com o advogado.

Morador- Acha que não deve ser a A. a suportar o que vai a mais nos alugueis

Morador- Depois disto que está a acontecer, os moradores a que foram baixa-

das as rendas, se se deve continnuar a mesma quantia ou aquela que pagavam ao senhorio.

Resposta- Proposta da Direção- A A. emprestar o dinheiro aos moradores que não podem pagar o excesso. A A. iria buscar o dinheiro aqueles que já estão expropriados. E esses moradores a quem fosse emprestado o dinheiro pagariam uma determinada quantia por mês até pagar esse dinheiro.

Morador- A A. em primeiro lugar tentar soluccionar o problema com os senhorios

Proposta da Direção- Moradores continuarem a pagar à A., e esta por sua vez pagar aos senhorios.

Continuar este mês a pagar o mesmo aluguer,entrar em contacto cpm os senhorios e depois dar um esclarecimento aos moradores.

CD25A

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Civil.

Morador - no caso dos senhorios exigirem mais dinheiro de que aquele que pagam à associação, quem paga.

Resposta - Em parte a culpa desta precipitação foi dos iniciadores da As, mas também uma coisa é certa, foram os moradores que decidiram pagar aqui o aluguer à As. e baixar as rendas. Houve uma pessoa que entretanto se lembrou dum decreto-lei que saiu em 1971 e em que digia que os alugueis...

Foi dada a confirmação do decreto-lei por elemento que acabou de falar com o advogado.

Morador - Acha que não deve ser a As. a suportar o que vai mais nos alugueis?

Morador - Depois disto que está a acontecer, os moradores a que foram baixadas as rendas, se se deve continuar a mesma quantia ou aquela que pagavam ao senhorio.

Proposta da Direcção - A A. emprestar o dinheiro aos moradores que não podem pagar o excesso. A A. iria buscar o dinheiro aqueles que já estão expropriados. E esses moradores a quem fosse emprestado o dinheiro pagariam uma determinada quantia por mês até pagar esse dinheiro.

Morador - A A. em primeiro lugar tentar solucionar o problema com os senhorios.

Proposta da Direcção - Moradores continuarem a pagar à As, e esta por sua vez pagar aos senhorios.

Continuar este mês a pagar o mesmo aluguer, entrar em contacto com os senhorios e depois dar um esclarecimento aos moradores.

Como nada mais havia para ser exposto, foi dada por terminada esta Assembleia.

Presidente - José Danilo Costa da Cunha

1º Secretário -

2º Secretário -

CD25A

Assembleia Geral
de 22-10-76

Ordem de Trabalhos

1: Leitura e aprovação da acta da Assembleia anterior
2: Informação sobre o processo
3: Aprovação do Relatório e Contas
4: Eleição duma Comissão para informação de listas para a eleição dos novos corpos Gerentes.

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de mil novecentos e setenta e seis, reuniu em Assembleia Geral, na sua sede Social, sita à Praça das Flores nº 59, pelas 22 horas, a Assoc. de Mor. das Quelas.

Estiveram presentes 70 associados, e esta foi dirigida por José Danilo Amaro, presidente da Assembleia Geral, Maria Inês Dantas 1: Secretário da A. G., e por Fernando Ferreira que ocupou o lugar de 2: secretário, na falta do efectivo.

Foi submetido à A. G. a aprovação da presença do Associado Fernando Ferreira como 2: Secretário da A. G. o que foi acordado por unanimidade.

De seguida, foi posto à aprovação a ordem de Trabalhos da A. G., que foi aprovado por unanimidade.

Assim sendo, foi iniciada a leitura da acta da Assembleia anterior, que depois de lida, foi posta à aprovação, sendo aprovada por unanimidade.

Passando-se ao 2: ponto da ordem de trabalhos, informações sobre o processo, foi dada a palavra à Direcção que pela voz do seu Presidente, fez detalhada exposição, oralmente acerca dos entraves

feitos ao processo, dos problemas com a Câmara, dos casos das obras de emergência, do infantário, etc.

No entanto, para complementar toda esta informação, anexa-se todo o discurso da Direcção a esta acta.

Depois de toda esta exposição, pediu a palavra o associado Nº 65, Sr. Luis Costa que informou ter-se deslocado à Câmara, e ter sido informado pelo Presidente da Comissão administrativa que todos os moradores iriam ter uma casa.

Foi dada resposta pelo presidente da Direcção.

O associado Nº 8, José Danilo Cunha, fez uma exposição, reforçando as palavras da Direcção, e apelando para a compreensão dos moradores, acerca das deficiências de habitação.

O Presidente da direcção esclareceu que está convencido de que o processo avançaria.

De seguida, o associado Nº 22 Alberto Vasconcelos, atacou frontalmente o problema das deficiências de habitação, fazendo uma sugestão para que se fizesse uma proposta que solucionasse este caso.

O assoc. Nº 21, Sr. Eduardo Pinto deu como resposta de que em reunião da direcção foram focados.

O assoc. Nº 25, Armando Costa, esclareceu àcerca da ida ao SAAL, e esclarecendo pontos da reunião da Direcção passada. Propôs a seguir o seguinte:

Proposta:

Proponho que, de imediato seja arranjado os telhados das casas dos moradores idosos e que seja a Associação a suportar as despesas destas, reembolsando o dinheiro quando o SAAL o enviar.

Armando Costa.

O assoc. Nº 65, Luis Costa, usou da palavra, para dizer que lamentava que diversas pessoas viessem queixar-se, quando afinal, ele próprio se oferecia para fazer parte duma brigada para socorros de emergência.

O assoc. Nº 34, Rogério Saraiva falou de seguida, expondo que estes assuntos deviam ser debatidos pelos chefes da casa.

O assoc. Nº ? Luis Caldas, declarou não concordar com a forma como estão a ser expostos os problemas relacionados com as obras nas casas.

Respondeu o Assoc. Nº 22, Vasconcelos, que não era daquela forma que

os assuntos se resolveriam.

De seguida, o associado Luis C. P. das Virgas, pediu que se iniciasse um inquérito aos moradores, para saber quais os de maiores dificuldades financeiras, e os mais idosos, e esses se remediassem os problemas.

Posto isto, foi lido pelo presidente da A.C. a proposta do Armando Costa, anexa à acta, e que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao 3º ponto, que foi a aprovação do relatório e contas que depois de submetido à aprovação, foi aprovado por unanimidade.

Por proposta do associado Nº 54, José Ferreira, que a Assembleia aprovou, foi lido o relatório e contas do grupo de Direcção, que foi aprovado por unanimidade. Foi também proposto, que os sócios que façam parte do Grupo de Direcção, possam ser automaticamente eleitos sócios de mérito da Associação.

Passando-se ao ponto da ordem de trabalhos, falou de imediato o associado Luis C. P. das Virgas dizendo e pedindo a palavra para o bom trabalho desenvolvido pelo presidente de direcção, e que só ele como o seu mérito poderá escolher a equipa para o acompanhar.

A seguir, o A. Manuel, explicou as causas da sua assiduidade, agradando a candidatura.

Sem mais nada digno de registo, foi dada por encerrada esta Assembleia, por volta de 1 hora do dia 23 de Outubro.

Presidente — José Danilo Costa da Cunha

1º Secretário —

2º Secretário — Maria Filipa Martins Dantas

F387 A.M.A/UAMP
SC 1
SR 2

(1-5)

Problemas que iremos focar nesta exposição, informações sobre o processo e propostas a discutir e a deliberar pela Assembleia Geral:

I -

1º. - PARCELAS A EXPROPRIAR, DIGO, EXPROPRIADAS - o que isto significa -.

2º. CASAS EM CONSTRUÇÃO - O porquê da demora -.

3º. ATRIBUIÇÃO DE CASA - Critério a usar por necessidades técnicas -.

II -

1º. FUNDO PERDIDO - O que recebemos e o que falta pela portaria -. E VERBAS A PEDIR AO BANCO Pª.CONTINUAÇÃO DAS OBRAS

III -

1º. ALUGUÉIS - Situação actual - senhorias C. M. P. e as leis do País -.

IV -

1º. ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA:

- Ficheiro;
- Diminuição de aluguéis;
- E situação organica.

V -

1º. SÓCIOS FORA DA ZONA DEGRADADA

VI -

1º. OBRA DE EMERGENCIA

VII -

1º. INFANTÁRIO

I -

1º. - PARCELAS DEGRADADAS

Os terrenos já expropriados pela C. M. P. em que se estão a construir casa, não são neste momento pertença da Associação, o mesmo acontecendo às restantes parcelas já expropriadas.

Porquê ? Por que legalmente é a C. M. P. a dona dos terrenos, cumprindo uma lei decretada pelo governo, publicada no Diário da República que são os decertos sobre: Zona degradada, utilidade pública, expropriações e tomadas de posse.

O facto de os proprietários já foram expropriados, não terem recebido as suas indemnizações, deve-se ao governo, mais concretamente ao ministro da Habitação não ter ainda decretado o valor que cada proprietário terá de receber.

Embora a Associação já tenha alertado o governo para este facto, fazendo inclusive uma proposta no sentido dos proprietários pobres ser atribuída uma pensão mensal em vez de indemnizações. Isto significa

.../...

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
2ª SECÇÃO

/...

só quando a C. M. P. nos passar direito de superfície, é que a Associação poderá decidir e gerir os destinos da sua comunidade, ou seja, por e dispor dos terrenos, das casas, aluguéis, etc..

2º. CASAS EM CONSTRUÇÃO E INFRA-ESCRUTURAS

Estão a construir-se em terrenos já expropriados mas ainda pertença da C. M. P. - 28 casas -, segundo o plano de construção é necessário construir nesse local 32 casas. Todavia,para construir as 4 que faltam é necessário demolir 7 casas da ilha nº. 60 da Rua Alberto Aguiar, a partir da casa nº. 3. Isto só é possível quando houver casas prontas. Significa então que essas pessoas irão entrar nas novas casas a título provisório, a não ser que o seu agragado familiar perfaça o nº. de pessoas planeado para a casa tipo 2. Todos os outros em numero superior, terão que aguardar as construções tipo 1, 3, 4, 5.

Pelas nossas previsões e contratos firmados com o empreiteiro, já deviamos ter 8 casas prontas. Mas só não foram possíveis pelo facto da C. M. P. que tem o dever de fazer as obras de infra-estruturas que são o saneamento, água, luz e arruamentos.

Por essa razão, mandamos o construtor prosseguir com as outras casas, isto implica que quando a C. M. P. se decidir cumprir o seu dever, possivelmente teremos em vez de 8, 16 ou 24 casas.

3º. ATRIBUIÇÃO DE CASAS

Queremos também referir que por necessidade de mais terrenos para a construção, há 3 casas na ilha do Manuel Carvoeiro, que tem de ser demolidas segundo o projecto, isso permitir-nos-ia construir cerca de 72 casas. Logo essas 3 famílias terão que ser alojadas. Mas só o faremos quando a C. M. P. decidir de uma vez para sempre entrar no terreno do dito proprietário. E Porquê ?

Por que se retirassemos de lá a ditas famílias e como não tinhamos possibilidades de demolir as casas, o proprietário voltaria a alugá-las a quem muito bem entendesse.

Portanto todas as restantes casas que forem ficando prontas destas primeiras 24, serão atribuídas pelo número de familiares a condizer com o tipo de casa, mediante as necessidades mais prementes. Far-se-á uma lista que será apresentada em Assembleia Geral para aprovação, ou a Assembleia fará as correcções que entender.

II

1º. FUNDO PERDIDO

Chama-se fundo perdido ao dinheiro que o governo tem enviado por portaria para a construção. Isto significa que os sócios moradores da zona degradada tem direito a uma verba de 90 000$00 cada.

O restante, pois como todos sabem trá que ser pedido à Caixa Geral de Depósitos ao juro de até 3% a pagar em 25 anos.

Neste momento a Associação recebeu já 1 830 contos de uma vez, s40 de outra e 1 200 por conta da portaria que nos indica os 5 000 contos.

Já foi assinado o 2º. e 3º. auto de medição para vir mais verba Nesta de fundo perdido, para nos ser concedido o tal empréstimo necessário à construção da totalidade das casas. Vamos estudar como isto se processa para avançar nesse sentido.

Os moradores que não são sócios da Associação, cujas asa casas terão de ser demolidas, não poderão recusar-se a mudar para a nova casa. Com a sua posição estão a impedir que a maioria dos moradores tenham uma casa decente, a que tem direito. Em casos destes e depois de nos ser concedido o direito de superfície, a Associação terá poderes para proceder judicialmente.

Estudaremos as hipóteses que a lei nos oferecer e não sendo sócios propomos o pagamento integral da casa sem direito a fundo perdido. Na devida altura se analisarão estes casos.

REGULAMENTO DE USO DE HABITAÇÃO

Como não foi possível realizar este trabalho, é como diremos a regulamentação sobre os direitos da casa. A quem é atribuída por morte, etc.. Regulalamento esse que tem de ser discutido e aprovado em Assembleia Geral.

As pessoasas mudarem para as casas ficam na obrigação de assinar um documento que diga respeito futuramente o Regulamento que a Assembleia Geral irá apresentar.

III

1º. - ALUGUÉIS

Há duas situações no que respeita aos aluguéis. Os sócios cujas parcelas ainda não foram expropriadas e pagam o aluguer na associação, este dinheiro é devolvido aos senhorios e em alguns casos a Associação está a pagar o que anteriormente os inquilinos pagavam pelo saneamento e água. Logo a Associação não tem cá qualquer quantia destes sócios.

A outra situação é a daqueles sócios que as suas parcelas já estão expropriadas. As tomadas de posse foram efectuadas nos meses de Outubro e Novembro e foram devolvidos aluguéis até estas datas aos sevuintes proprietários:

Maria Augusta - Bairro 202 da Rua das Antas

Amélia da Glória - Bairro 196 da Rua das Antas - esta proprietária continua a receber por deliberação da Assembleia Geral atendendo ao seu estado de pobreza até à intervenção do governo.

A casa do Sr. Pinheiro da Rua das Antas Nº. , não se devooveu nada uma vez que o inquilino só passou a pagar o aluguer na Associação depois da tomada de posse.

CD25A

.../...

NO GRUPO DE CASAS onde reside o Sr. Jeronimo estas já estão expropriadas destes moradores só o Sr. Jerónimo e o Zacarias pagam o aluguer na Associação foi contactado o senhorio para devolver as rendas até a tomada de posse o qual não nos deu qualquer resposta.

Ilha da africa e Manuel Carvoeiro

Foram contctados estes senhorios para a devolção das rendas até Novembro data em que foram efectuadas as tomadas de posse, e não nos responderam ouve inclusivé deligencias junto do Governo Civil mas que não resoltou.

ILHAS DO SR. BENEDITO E DA MATA AVÓ

EXPROPRIADAS DESDE Outubro devolvidos os alugueis até esta data .

Bairro dR. Alberto Aguiar nº 60, apartir da casa 3

Expropriado desde Novembro nada foi devolvido ao proprietario.

Não ligou quaquer importançia às deligençias feitas nesse sentido.

Chamamos a atenção dos moradores das parcelas já expropriadas cujo os proprietarios se negaram a receber as rendas de que não há qualquer perigo.

Uma vez que foi escrito a cada um deles uma carta com aviso de recepção e entregue ao Governador Civil os seus nomes para a devolção de rendas.

Não há qualquer ordem de despeijo uma vez que as casas já não lhes pertence.

Há alguns moradores (poucos) que pagavam o aluguer na Associação e ao senhorio, estes tem feito deligencias junto da Associação para lhes devolver essas quantias.

Apresentaremos uma proposta sobre estes casos.

Opós estas explicações pôs-se -nos este problema dos inquilinos cujo os alugueis vão ddirectamente para os senhorios não tem cá quantias nenhumas.

Os outros das parcelas expropriadas temos que ter em atenção que apartir da tomada de posse e a C M P a proprietarea dos terrenos. Levalmente tem direito aos aluvueis e pode vir a reclamalos.Segundo palavras proferidas pelo Ministro da Habitação na sua visita a sona das antas estes alugueis dos terrenos expropriados em poder da Associação poderam vir asser utilizados como indimenizações a proprietários.

Em soma, dinheiro de alugeis não podemos mecher nele.

As cotas e Jóia nem sequer dão para as despesas de admistração da Associação.

AOS SÓCIOS DA SONA DEGRADADA

A sona degradada compriendesse entre a Rua Dr. Alberto Aguiar, Rua das Antas Traseiras dos predios de S.Roque, e Travessa das Antas lado par.

As pessoas a viverem dentro desta sona são as que tem direito a casa

Há ainda outros moradores fora desta sona mas muito perto e a viverem em más condições de habitação e que tem direito a integrace cujo os nomes vem na lista elaborada pela Brigada Tecnica quando do levantamento da sona.

.../...

CD25A

.../...

Tem vindo pessoas até nós, e por solidariedade com os nossos trabalhos metem-se sócios para nos ajudar.

Tem-se dito sempre a estas pessoas que por viverem fora da sona e não constarem pelo levantamento habitacional excutado pela brigada tecnica não tem direito a habitação.

Mas pelos estatutos estes sócios tem os mesmos direitos que todos os outros.

A Direcção pensa reunir comestes sócios e ~~pelhes~~ por-lhes o problema e registar em acta as delibrações.

No entanto pela constituição que reje o pais verifica-se que futoramente ira ser legislado e de limitado pelas juntas de Freguesia a sona que ficará a pertencer a cada Associação de moradores. Sim- Se assim se verificar os sócios que não viver na sona delimitada pela lei, teram que o deixar de ser mesmo que exerção funções de Direcção ou outras.

OBRAS DE EMERGENCIA

No inicio do processo já varias vezes foi descotido pelas Associações de moradores o estado actal das casas, e anessecidade de se avançar no arranjo de algumas delas, uma vez que o processo deconstrução está ser demorado

Como os pedidos de verbas para obras de emergencia são muito elevados não se chegou a nada de concretó.

Nos alugueis não se pode mexer as cotas e joia não dão para nada, e nos casos em que se devolve aos senhorios deveriam se estes a fazer as obras mas negan-se alegando que as casas são para demolir.

No entanto a situação manten-se não há ivolução nenhuma no processo, continua a chover dentre de algumas casas. A Direcção para solucionar estes casos tem algumas propostas afazer, que futuramente seram comunicados.

INFANTARIO

Ten-se feito diligencias junto de organismos competentes e Governo, para resolver determinadas situações.

Associação como nã podia estar a espera que outros nos resolvessem os nossos problemas decidiu meter uma empregada a tempo inteiro e outra a meiu tempo, uma era paga pela Associação outra pelo grupo dinamizador atraves do sorteio de cartões que se realizou. No entanto já recebemos algumas verbas de organismos do Estado que já vieram cobrir as despesas que tivemos com a empregada. Neste momento vamos assinar um contrato de trabalho com uma educadora mais as duas vigilantes que já cá temos para promover a educação as crianças.

É um contrato eventual porque é o Governo quem enviara as verbas para pagar as empregadas. se o Governo falhar não temos resposablidades pela situação das empregadas.

O contrato far-se-á como simples formalidade e ficará registado em acta.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

F387 A.M.A/UAMP
SC1
SR2
(1-5-1)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumpre este Conselho F iscal o grato dever de emitir o seu parecer sobre o balanço e contas relativas ao exercício de 1975/76 de acordo com a legislação estatutária.

Na sequência, das boas relações sempre mantidas, entre esta Direcção e os Grupos de Trabalho, foram-nos facultadas todas as condições, para analizarmos todos os documentos, após o que podemos concluir o seguinte:

O relatório da Direcção, merece a nossa concordância,não só na discrição da evolução da Associação no exercício em questão, como também na aplicação de resultados expostos.

Restar-nos-á congratular-mo-nos com a forma agradável como decorreu o exercício que agora se encerra, desejando que a próxima Direcção seja a confirmação da evolução positiva verificada neste e, endereçarmos um voto de louvor á Direcção cessante e, a todos os que aqui souberam congregar os seus esforços no sentido de manter a Associação de Moradores das Antas, saudável e prospera, não obstante todas as dificuldades com que esta se debateu no ínicio, quando da feitura desta grandiosa obra que se encontra aqui perante os vossos olhos, devendo salientar-se meia duzia de verda deiros homens, que com a sua militância levaram a Associação de Moradores das Antas a possuir um INFANTÁRIO, digno de todos os moradores.

Mas, isto sómente foi possível, porque dentro da Associação se formou um grupo de trabalho denominado (GR UPO DE DINAMIZAÇÃO), para este grupo, o Conselho Fiscal propõe um voto

...../.....

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

...../ .....

de louvor, lavrado em acta da Assembleia Geral, pois verifica ser esta a melhor maneira de contribuir para puxar para o s eu meio homens de grande coração e de um enorme poder cívico.

Conselho F iscal

Presidente:

1º Secretário: Eduardo Carlos de Araújo

Relator:

Porto, 22 de Outubro de 1976

CD25A

Assembleia de Voto
de 21-11-76

Aos vinte e um do mês de Novembro de mil novecentos e setenta e seis realizou-se a Assembleia de voto, para eleição dos corpos gerentes da Associação de Moradores das antas, da sede desta Associação, sita na Praça das Flores Nº 5-9.

O Presidente da Assembleia Geral deu a abertura à assembleia às 9 horas estando secretariado pelo Presidente da Direcção, António Manuel da Silva Santos, e pelo 1º Vogal da Direcção, Jorge Castro Oliveira.

Assistiu ao acto da urna, tendo até participado na sua colocação, o associado Nº 120, Sr. José dos Santos Leal.

Às 13 H 30 m, foi a mesa que inicialmente estava composta, substituída por os seguintes elementos: Fernando Silva Aurélio, tesoureiro da Direcção, que presidiu à Assembleia, José Armando Correia, associado Nº 48, que secretariou a assembleia de voto.

Por volta das 15 H, foi novamente reposta a composição inicial da mesa, ficando a presidir o Presidente da A. G., e a secretariar o Presidente da Direcção, António Manuel 1º Vogal, Jorge Castro Oliveira.

O Presidente da Assembleia Geral, deu por encerrada a sessão às 17 Hora sendo a percentagem de 43,33%

Foram eleitos com 103, todos os elementos da lista o associado Nº 34, com 100, o associado Nº 230 com 103, o Associado Nº 9, com 103, o associado Nº 10, com 103, o associado Nº 19, com 102, o associado Nº 22, com 103 votos, o associado Nº 30, com 103, o associado Nº 44, com 103 votos, o associado Nº 54, com 102, o associado Nº 65, com 103, o associado Nº 215 com 103, o associado Nº 1, com 103, o associado Nº 21, com 102, e o associado Nº 48, com 103.

Presidente – José Danilo Costa da Cunha

1º Secretário – Maria Filipa Martins Dantas

2º Secretário –

Assembleia Geral

5 - 8 - 77

Ordem de Trabalho

1º Leitura e aprovação da acta da assembleia

2º Discussão e deliberação acerca do futuro da construção na zona

A cinco do mês de Agosto de mil novecentos e setenta e sete, reuniu em assembleia Geral - Extraordinária, no Pavilhão da associação sito na Praça das Flores, nº 59, pelas 22 horas a associação de Morad. das Antas.
Começou esta, com a abertura pelo presidente da assembleia, lendo a ordem de trabalhos desta assembleia. De seguida perguntou-se a assembleia concordava com a ordem de trabalhos apresentada e pelo que se analizou as pessoas analizaram por unanimidade. Também foi aprovada por unanimidade a nomeação de 2 secretários provisórios (Jorge de Oliveira e José Santos Ferreira (varela) para ocuparem a assembleia, em virtude dos efectivos não estarem presentes.
Leu-se a acta da Assembleia anterior, tendo a Snrª Conceição Santos perguntado se tinham feito o inquérito que se leu na acta, o António Manuel deu o esclarecimento que não o resolvia ter feito em virtude de a Câmara não negociar o dinheiro que temos dos alugueis recebidos, foi posta à aprovação a leitura da acta sendo aprovada por unanimidade.
No decorrer da ordem de trabalhos entramos na discussão e deliberação do futuro da construção na zona, o presidente da Assembleia pôs alguns problemas anteriores até na vinda do Presidente da Camara. De seguida António Manuel deu a conhecer às pessoas o que se passou na reunião na Câmara no dia 19/7/77, com os Engº Amendoeira e Arqº

1/1f.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS ANTAS

SEDE:
PRAÇA DR. PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA, 59 — TELEF. 562722 — PORTO

Porto, 22 de Fevereiro de 1978

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS ANTAS

Foi convocado nos termos estatuários pela Direcção, os membros do Conselho Fiscal, da Associação de Moradores dasAntas, para fiscalizar as contas desta Associação, de Setembro de 1976 a Dezembro de 1977.

Fiscalizados os livros de contas e consequente facturação, os responsáveis pelo Conselho Fiscal.

- JOSÉ ARMANDO CORREIA - PRESIDENTE
- ANTÓNIO PEREIRA ALVES - SECRETÁRIO
- ANTÓNIO DA COSTA TORRES - RELATOR

Consideram correcta a contabilidade da Associação, pelo que não têm a menor dúvida em aprová-la e por isso mesmo o fizeram e assinaram.

Seguem-se as assinaturas:

O Presidente - José Armando Correia
O Secretário - António Pereira Alves
O Relátor - António Torres

F387 A.M.A/U.M.P
SC 1
SR2
(1-6)
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1/1 f.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS ANTAS

SEDE:
PRAÇA DR. PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA, 59 — TELEF. 562722 — PORTO

Porto, 5 de Agosto de 1977

ASSOCIACÃO DE MORADORES DAS ANTAS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocam-se todos os Associados, para a Assembleia Geral a realizar no dia 5/8/77, pelas 21H00, no Pavilhão da Associação sito na Praça das Flores, nº 59, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º-) LEITURA E APROVACÃO DA ACTA DA ASSEMBLEIA ANTERIOR:

2º-) DISCUSSÃO E DELIBERACÃO ACERCA DO FUTURO DA CONSTRUCÃO NA ZONA.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Danilo Costa da Cunha

NOTA:- Se à hora indicada, não estiver presente um número minímo de sócios, esta Assembleia principiará 1 hora mais tarde com qualquer número de Associados presentes.

CD25A

F387 A.M.A/UAMP
SC1
SR2
(1-6-1)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Rosado Correia, relacionando-se concretamente sobre o tipo de construção, que a Câmara quer passar a fazer em blocos de rés/chão mais 3 andares. O Danilo leu o relatório da brigada em relação à reunião na Câmara, de seguida pediu-se a opinião aos sócios, o José de Oliveira (sócio desta associação) propôs que se expropria-se as parcelas continuando os inquilinos a pagar aos senhorios.
O Danilo pôs a proposta do António Manuel na qual pede à assembleia o voto de confiança à Direcção para poder discutir estes casos com a câmara; a proposta foi aprovada por unanimidade. De seguida o António Manuel disse à assembleia que brevemente faremos outra assembleia Geral para discutirmos o regulamento de uso e habitação ficando assente fazer 10 ou 12 cópias de regulamento e depois dar aos sócios a ler à voz. E por não haver mais nada para dizer a assembleia terminou pelas 11h. e 45 m. Depois disto, foi esta acta passada para que seja lida, discutida e depois aprovada.

O Presidente — José Danilo Costa da Cunha
1º Secretário — Maria Elisa Martins Dantas
2º Secretário —

Assembleia Geral Ordinária

Pelas 22 horas do dia 17-3-78, na sede social, sito à Praça das Flores, nº 59, realizou-se mais uma Assembleia Geral da Associação de Moradores das Antas, com a seguinte ordem de trabalhos
1º) Leitura e aprovação da acta anterior.
2º) Trinta minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação
3º) Aprovação do Relatório e Contas
4º) Eleição de novos Corpos Gerentes

Em virtude de o 2º Secretário da Assembleia Geral não se encontrar presente, foi proposto à Assembleia que o José Ferreira o substituisse, o que foi aprovado por unanimidade.

Começou por ser lida a acta da Assem-

bleia anterior, sendo aprovada por unanimidade.

Passado o primeiro ponto, foi dado entrada no segundo ponto da ordem de trabalhos, começando uma moradora por perguntar o porquê das casas se manterem no mesmo estado, e não serem entregues aos moradores. Foi dada uma explicação verbal, e de seguida foi lida a carta que o empreiteiro enviou. Foi assunto largamente discutido, sendo informada a Assembleia que a Direcção, já tinha tomado posição acerca disso.

Veio também a informação de que sete elementos da Associação, haviam tido uma reunião com o Presidente da Camara do Porto. Nesta entrevista, foi revelado que por parte da Câmara, já está a ser elaborado o projecto de construção para uma possível 2ª fase de construção. Essa fase, abrange muitas moradias.

Outra moradora, queixou-se do mau estado da sua habitação, sendo logo acompanhada em coro (~~com~~) por quase todos os presentes. O presidente da Assembleia Geral, deu a informação de que havia sido proposto à Camara, de que, do dinheiro em poder da Associação, parte dele fosse empregue na reparação de habitações em mau estado. No entanto, por parte da Camara, a resposta foi negativa.

Posto isto, e porque o assunto estava esgotado, foi passado ao terceiro ponto. Foi lido o parecer do Concelho Fiscal, sendo as contas aprovadas por unanimidade.

Passado isto, entrou-se no ultimo ponto da ordem de trabalhos, Eleição de novos Corpos Gerentes, o que se não verificou devido à exiguidade de pessoas presentes e também, a que alguns elementos dos actuais Corpos Gerentes

não se mostram dispostos a continuar à frente dos destinos da colectividade. Assim sendo, foi proposto a criação de uma Comissão Eleitoral, que foi aprovada. Esta Comissão, propôs-se trabalhar para conseguir novo elenco.

Como mais nada havia para discussão, foi dada esta Assembleia por encerrada, não sem antes se lamentar a pouca participação dos associados na vida da colectividade, e também ser desejado um voto de rápidas melhoras ao associado Abílio.

Foi em conformidade lavrada esta acta, que depois de lida e aprovada será assinada.

O Presidente -
1º Secretário -
2º Secretário

Assembleia de Voto.

Realizou-se no dia vinte e um Maio de Mil Novecentos e setenta e oito pelas nove horas, assembleia de voto, para eleger os novos corpos gerentes da Associação de Moradores das Antas para o período de um ano, prevendo-se o fim do seu mandato em Março do próximo ano. A lista apresentada aos associados, designada como (lista única), tinha como propostos os Srs. Jorge Castro Oliveira, Sócio Nº Nove, Fernando da Silva Aurélio, sócio nº vinte, Alberto da Silva Vasconcelos sócio nº vinte e dois, Armando Monteiro da Costa, sócio nº vinte e cinco, Fernando Augusto de Jesus, sócio nº Trinta, Rogério Fernando Alves Saraiva, sócio nº Trinta e quatro. Maximiano Rogério Silva Sousa, sócio nº quarenta e quatro. José Armando Correia, sócio nº quarenta e oito. José Santos Ferreira, sócio nº cinquenta e quatro. Luís Pinheiro da Costa, sócio nº sessenta e cinco. Laurentino Vieira Martins Gonçalves, sócio nº duzentos e quinze. Constantino Gonçalves, sócio nº vinte e seis. Antonio Pereira Alves sócio nº dez. Antonio da Costa Torres sócio nº doze. Fernando Augusto Ferreira, sócio nº Trinta e um. Abílio da Silva Martins, sócio nº Trinta e seis. O sócio proponente foi o sócio nº quarenta e oito José Armando Correia. Iniciou-se Assembleia de Voto à hora já acima definida, tendo o Srº Guilherme Alberto Braz, sócio nº cento e vinte e dois o primeiro a votar. Durante as primeiras horas houve uma certa afluência à urna, tendo terminado o período da votação pelas treze horas, tal

como estava definido na informação distribuída aos sócios no período que antecedeu o acto eleitoral. Terminada a votação abriu a urna a sócia nº dezanove Elisa Dantas. Seguidamente a comissão eleitoral procedeu à contagem dos votos, tendo-se registado a entrada de setenta e dois votos dos duzentos e quarenta sócios com direito a exercer o voto. A percentagem às urnas foi de cerca de vinte e cinco por cento. Na contagem dos votos verificou-se a existência de quatro votos com os nomes riscados dos propostos a seguir designados. Fernando de Jesus, Constantino Gonçalves, Fernando Augusto Ferreira, José Armando Correia, Armando Monteiro da Costa, Rogério Fernando Alves Saraiva, e Luis Pinheiro da Costa. Cada um destes indivíduos só foi cortado uma vez. E por nada mais haver a tratar terminou esta Assembléia de Voto pelas treze horas e vinte minutos do dia vinte e um de Maio de mil novecentos e setenta e oito, pelo que se lavrou esta acta que vai ser aprovada e assinada.

A comissão eleitoral foi composta pelos sócios nº vinte e dois, trinta e quatro quarenta e oito, duzentos e quinze, e sessenta e cinco. - - - - - - - - -

Seguem-se as assinaturas:

José Armando Correia
Alberto da Silva Vasconcelos
Rogério Fernando Alves Saraiva
Luis Pinheiro da Costa
Laurentino Vieira Martins Gonçalves

O Presidente da Assembléia Geral -

José Danilo Costa da Cunha.

Nota: Por lapso, não foi indicada nesta acta, a presença de um representante da Junta de Freguesia de Campanhã, que teve por missão, a observação do acto eleitoral. Esta Junta de Freguesia, fêz-se representar por um seu vogal da Direcção, presença essa que se saúda e agradece.

Depois deste reparo, é assim autenticada esta acta, e pela qual assumo total responsabilidade.

José Danilo Costa da Cunha

CD25A

Assembleia Geral Extraordinária

Pelas vinte e duas horas do dia (13/4/79) na sede Social da Associação de Moradores das Fontas, sita à Praça das Flores nº 59 no Porto, realizou-se Assembleia Geral extraordinária dos associados desta organização para debate de problemas relacionados com a Habitação e outros. A ordem de Trabalhos foi assim designada.

A mesa da Assembleia foi constituida pelo Presidente Sr. Alberto Vasconcelos, 1º Secretário Sr. Constantino Gonçalves 2º Secretário Sr. Laurentino Martins e como Assistentes Todos os elementos dos restantes orgãos Sociais, e ainda o Sr.

O Presidente da Assembleia Geral iniciou os Trabalhos com a leitura do acto da Assembleia anterior que foi aprovada por unanimidade. Seguidamente foram pedidas desculpas pelo atraso da hora em relação ao anunciado na ordem de Trabalhos, uma vez que o Nº de associados presentes até à hora não era o suficiente para prosseguir os Trabalhos.
Os representantes da Junta de Freguesia de Bonfim foram chamados a ocupar os seus lugares na mesa, e entretanto como os representantes da Junta de Freguesia de Campanhã não estavam presentes, depois de terem sido convidados, foi feita uma crítica pela sua falta de comparência. — — — — — — —
No prosseguimento da Assembleia, o 1º Secretário Laurentino Martins leu desta feita a leitura do acto da assembleia de Hoje que foi também aprovado por unanimidade.
Entretanto e com a leitura desta acta terminou o 1º ponto da ordem de Trabalhos. — — — — — — —

Prosseguiu a Assembleia com o 2º ponto da ordem de trabalhos ao qual se deu um periodo em principio de meia hora.
O primeiro associado a intervir foi o Srº Rodrigo Pereira Soares Sócio Nº 160 que solicitou uma informação sobre a travessa das Antas, dada a resposta, foram os Associados presentes informados da entrega de oito casas das parcelas (40 e 42), a quem se destinavam, o porquê, as causas, etc. etc. — —
Finalizada esta informação que foi dada pelo presidente da Direção, um associado cujo nome e nº não foi possivel obter, dizendo que não estava de acordo que pessoas não Sócias tenhão direito a uma casa em detrimento de outros associados já há alguns anos. Esta foi uma das intervenções que entretanto foi explicado pela mesa e inclusivé por outros associados que estatutáriamente ninguem pode ter uma casa sem ser Sócio, só que nos estatutos tambem não diz que os moradores devem ser sócios desta ou daquela data. Portanto todas as pessoas a quem se entregue uma casa terão que ser Sócias, mesmo que façam a inscrição de véspera, esta situação só pode ser alterada pela própria Assembleia geral. — — — — — —
Finalizada esta questão o associado Srº Rodrigo Monteiro - Sócio Nº Solicitou ao Presidente da Mesa para ler uma acta datada do ano de (1975) onde refere que a Assembleia geral deliberou a obrigatoriedade de a Direção diligenciar no sentido de obter uma casa para uma sua filha que dormia no chão com uma neta. Lida a referida acta houve várias intervenções sobre esta questão, das quais se destacam as dos associados, Srº Rogério Saraiva, Antonio Manuel, José Danilo, Antonio Fernandes, José Vasconcelos, e ainda outros que devido á polémica levantada foi dificil registar a intervenção de todos. Para além destes, intervieram ainda alguns moradores não Sócios, que por decisão da mesa puderam fazê-lo, mas sem direito a voto. Assim registaram-se as intervenções dos Srºs Alcino Palmeira, José Antonio, a esposa do Sócio José Vilares, a filha do Sócio Rodrigo Monteiro, e ainda outros que não foi possivel registar.

CD25A

As intervenções basearam-se todas elas no facto de a filha do Sr.º Rodrigo ter ou não direito a uma casa. — — — —
Foi inclusivamente afirmado pelo Sr.º José Danilo e não só, que a Direção já tinha oferecido a esta senhora duas casas que esta recusou, o que foi rebatido pela pessoa visada e demais presentes. Foi inclusivamente dito que o facto de assembleia geral realizada no Ano de 1975 ter decidido atribuir uma casa à Senhora em questão, não significava que hoje fosse justo uma vez que a situação era outra. Esta observação foi entretanto rebatido pelo Sr.º José Antonio que de facto a situação era outra, se no Ano de 75 havia mãe e filha que dormiam no chão, hoje dorme a Mãe o Pai e dois filhos, afirmando a terminar, a situação é outra de facto, para pior. Ainda dentro desta questão intervieram as pessoas já atrás citadas, terminando a discussão com a intervenção do Antonio Manuel que para além de informar a assembleia como as coisas se passaram, terminaria por dizer que a questão levantada não tinha razão de ser na medida em que esta assembleia se tinha realizado para informar os associados de que as casas atribuir no nº de (8) faziam-se por questões técnicas, e não por razões de justiça. Como tal este caso só pode ser discutido e alterado se Assembleia assim o decidir quando forem entregues outras casas por necessidade. — — — — — —
Finalizado este assunto, foi explicado pelo Presidente da Direção as diligências que terão que ser feitas na B.M.P. para dar andamento ao processo de construção e demais pormenores (Técnico-jurídicos) de modo a poder avançar-se com a entrega de mais casas e construção de outras. Afirmando que qualquer entrega de casas por necessidade, será decidida pela Assembleia geral após apresentação de listas pela Direção. — — — —
Outros pormenores foram ainda focados, tendo de seguida o Presidente da Assembleia geral dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, que começou por elogiar o trabalho desenvolvido pelos que estão à frente da Associação, e referiu ainda o apoio da Junta à nossa organização, —

CD25A

Conf. Fotografia
Em 8.º Cartório Notarial do Porto
Data 15/2/79

nomeadamente no plano de férias às crianças, melhorar as condições na escola das Praça das Flores, e ainda contribuir para o avanço das nossas habitações, terminando por desejar felicidades ao nosso trabalho e continuar a defender os ideais de Abril.
E por não haver mais nada a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos às 0 horas e 30 do dia 14/1/79 pelo que se lavrou esta acta que depois de lida e aprovada será assinada.

O Presidente –
O Primeiro Secretário –
O Segundo Secretário –

Assembleia Geral Extraordinária

Pelas 22 horas do dia 11 de Janeiro de 1980, na Sede Social da Associação de Moradores das Antas, sita à Praça das Flores Nº 59, no Porto, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, dos Associados desta Instituição com a seguinte ordem de Trabalhos. (Ponto Único – Informação aos Sócios do andamento da construção das habitações Sociais e autorização da Assembleia para a Direcção contrair o empréstimo na Caixa Geral de Depósitos.

A mesa da Assembleia foi constituída pelo Presidente Snr. Alberto da Silva Vasconcelos, pelo Vice-Presidente da Direcção José Santos Ferreira em substituição do 1º Secretário que por motivos profissionais só pode estar presente 1/2 hora mais tarde.
O Presidente da Assembleia Geral, iniciou os trabalhos com a leitura da Acta anterior, que depois de lida não foi aprovada por a ordem de Trabalhos não especificar a leitura da mesma.
De seguida foi lida a convocatória e posta a aprovação para Discussão da ordem de trabalhos, tendo sido aceite e aprovada por unanimidade. Seguidamente entrou-se no assunto em questão tendo o Presidente da Mesa, dado a palavra ao Vice Presidente da Direcção José Santos Ferreira, para informar os Associados, começou o Vice-Presidente por ler à Assembleia um resumo escritos das despesas com a construção das 28 casas, como assim seu acabamento e futuramente as 4 habitações,

CD25A

que faltam construir, deu informações aos sócios sobre o quantitativo, do empréstimo a contrair na Caixa Geral Depositos via Fundo Fomento da Habitação a quantia de Escudos (9.638.005$00) e o Juro que necessariamente teremos que pagar ao ano (8%). De imediato houveram intervenções de Sócios - Snr. José Danilo, Snr. José Oliveira (da Carapinha) que solicitaram à mesa informações referentes ao Juro e também ao subsidio dado pelo Governo do Fundo Perdido qual o seu quantitativo e se o governo não tinha ainda afastado o subsidio do Fundo face ao aumento da construção. Depois de devidamente esclarecidos destas situações e de como (se) se processa a assinatura da escritura para se contrair o empréstimo, foi pelo Presidente da mesa posta a votação a autorização da Assembleia para a Direcção contrair o empréstimo na Caixa Geral Depósitos/F.F. Habitação, empréstimo esse com o fim de terminar o acabamento das 28 casas já construidas e a construção das restantes 4 habitações que faltam para a finalização da 1ª fase de construção (32 habitações). Estando presentes na Reunião 150 Associados com direito a voto, tendo por unanimidade, sido dada autorização para a Direcção contrair o empréstimo ficando deferido que fosse já assinado o contrato pelo o Presidente da Direcção Armando Costa, o Vice-Presidente José Santos Ferreira e o Tesoureiro Jorge Castro Oliveira.

De seguida foi dado um resumo sucinto pelo Vice-Presidente da situação da 1ª fase, S.H.A.L. e 2ª fase C.M.P., do desenvolvimento dos trabalhos pelo empreiteiro, sendo do consenso geral que este empreiteiro não tem capacidade de resposta e como tal a Direcção não devia de ter dado a fazer as 4 casas que faltam construir na 1ª fase. E pelo adiantado da hora e por se terem esgotado os assuntos foi esta Assembleia terminada pelo Presidente da Mesa pelas 00h20 do dia 12/1/1980, pelo que se lavrou esta acta que depois de lida e aprovada será assinada.

O Presidente da Assembleia Geral Alberto da Silva Vasconcelos
O Vice-Presidente da Direcção em substituição do 1º Secretário - José Santos Ferreira

O 1.º Secretário = Laurentino Vieira Martins Gonçalves
Nota O 2.º Secretario não esteve presente, desconhecendo-se o motivo da sua ausência, pelo que a mesa não fez a sua substituição pelo motivo de em seguida ter vindo o 1.º Secretário. Snr. Laurentino Martins.

Rectificação: Ressalva.

Por lapso foi escrito na acta que o empréstimo a contrair, era na Caixa Geral de Depósitos, rectificando-se que o empréstimo a contrair na quantia de 9.638005$00 é entre a Associação de Moradores Antas e Fundo Fomento da Habitação pelo que depois de rectificado vai ser assinada, pelos responsáveis.

O Presidente da Assembleia Geral - Alberto da Silva Vasconcelos
O Vice-Presidente em substituição do 1.º Secretario = José Santos Ferreira
O Primeiro Secretário = Laurentino Vieira Martins Gonçalves

Assembleia Geral Ordinária

Pelas 22h15 do dia 20/6/80, de Junho de 1980, na Sede Social da Associação de Moradores das Antas, sita à Praça das Flores nº 59 Porto, realizou-se uma Assembleia Geral Ordinária com a seguinte ordem de Trabalhos: 1.º Leitura da Acta anterior, e informações várias. 2.º Discussão e Aprovação do Relatório e contas: 3.º Eleições para os novos Corpos Gerentes: 4.º Proposta de entrega de 8 (oito) novas habitações. A mesa da Assembleia foi constituida, pelo Presidente da Assembleia Geral, Alberto Vasconcelos, 2.º Secretário Laurentino Martins, e em substituição do 1.º Secretário o Vice-Presidente da Direcção José Santos Ferreira. De começo à Assembleia o Presidente com a contagem dos Associados presentes, e por se ter verificado existir numero suficiente, seguiu-se a ordem de Trabalhos. Com a leitura da acta anterior que depois de lida foi aprovada por unanimidade, pelos associados com Direito a Voto. Seguidamente foi pelo Presidente da mesa, apresentado aos sócios os representantes da Junta de Freguesia da Campanhã. Snr. Bernardino e Snr.

De seguida entrou-se no 2.º Ponto da ordem de trabalhos com a leitura parcial da (ordem de trabalhos) relatório de contas referente aos anos 1978/79 e 1979/80, que depois de lido foi posto à aprovação dos Associados sendo as contas aprovadas por 23 Votos a favor com uma abstenção, de imediato começou-se com o 3.º Ponto da ordem de trabalhos tendo o Presidente da mesa apelado aos sócios para se oferecerem para

fazerem parte da nova Direcção, tendo intervindo neste assunto o Presidente da Direcção Armando Costa, fazendo o apelo ao Sócios no intuito dos mesmos darem uma ajuda a actual Direcção, para conseguirem formar uma nova Direcção com os Directores que porventura fiquem para uma próxima, foi também nesta altura solicitado aos sócios que o Sócio Antonio Manuel Silva Santos, foi colaborador da Direcção e antigo Presidente, fosse autorizado a fazer parte da mesa da Assembleia, pois que os Assuntos a tratar de seguida o mesmo estava perfeitamente enquadrado neles. A Assembleia elogiou com palmas a ideia da Direcção e de seguida foi passada a palavra ao Antonio Manuel, pelo Presidente da Mesa, o referido falou sobre este assunto, dizendo que a Direcção actual estava esgotada e que era necessário que os Socios, se oferecesse para ajudar, e inclusivamente dar uma nova dinamica a estrutura organizativa desta Associação. Foi então elaborada uma comissão para a elaboração de listas para uma futura Direcção, ficaram a fazer parte da comissão o Antonio Manuel, José Santos Ferreira, Jaime Tomás Fernandes, Aurélio Martins Ribeiro, Fernando Moreira Zacarias e Orlando Antonio C. Jesus. Isto tocante a este assunto ainda intervieram mais sócios - Nº 215 - Augusto Costa, Sócio nº 268, Jaime Ferreira Fonseca, o primeiro fez observações dizendo que a Direcção futura, não podia ser toda de individuos novos porque acontecer isso, os mesmos não teriam hipoteses, o Sócio seguinte disse que deviamos na Assembleia arranjar Sócios capazes para fazerem Parte de uma Direcção. Seguidamente entrou-se no 4º e ultimo Ponto. Que refere a proposta da Direcção de entregar 8 habitações da 1ª fase de construção, o Presidente da Direcção Armando Costa fez a abertura com uma critica a certos associados que só têm criticado a Associação como assim o Directores, e até pela força das circunstancias serem beneficiados com casas, dizendo o mesmo que pouco orientava a partir daí a reunião era o Antonio Manuel pois o mesmo estava enquadrado completamente no assunto em questão. O Antonio Manuel começou por apresentar a proposta da Direcção no tocante à entrega dos 8 oito habitações, foram feitas muitas intervenções de Associados que na sua opinião estavam a viver em situações dificeis, foi pela Direcção na voz do Vice-Presidente, esclarecido o porquê de atribuirmos as casas ao sócios que a seguir transcrevemos, na página seguinte: ——————

A Direcção, achou por conveniente anotar em acta, o civismo e a compreensão pelos Associados presentes no referente à destribuição das oito casas conforme proposta da Direcção. Depois de mais algumas intervenções como do Sócio Snr. Rodrigo Monteiro que falou sobre a questão de sua filha Zeza, pois disse que a filha como era conhecimento da Direcção estava numa casa emprestada, pela prima e portanto a Direcção tinha algo para fazer com respeito a este assunto, foi-lhe dito por um representante da Direcção que a sua filha não perdia o direito a uma casa só que não podia ser nova mas sim uma das velhas que na transferência para as novas ficasse livre, tendo ~~[illegible]~~ o Antonio Manuel oferecido para falar com a Senhora (inquilina dona) da casa onde habita a Zéza, ~~[illegible]~~ a ver as possibilidades de a mesma entregar difinitivamente a casa à Zeza. Depois de tudo esclarecido aos sócios presentes foi posto pelo Presidente da Mesa Alberto Vasconcelos, à votação a proposta da Direcção da entrega das oito habitações tendo sido aprovada por 27 votos a favor e uma abstenção, dos Presentes que eram muitos só 28 Sócios tinham direito a voto, depois de tudo resolvido transcreve-se o nome dos Sócios contemplados com as casas.

Sócio N.º 58 Alvaro Silva - Morador na Rua das Antas N.º Sócio N.º 162 Orlando Antonio Cardoso Vieira, Morador na Rua Dr. Alberto de Aguiar N.º , Sócio N.º 222 Aurélio Ribeiro, Morador na Rua Dr. Alberto de Aguiar N.º , Armando Monteiro da Costa Sócio N.º , Morador na Rua das Antas N.º, Sócio N.º Alberto da Silva Vasconcelos, Morador na (Rua Dr) Travessa das Antas N.º , Ana Joaquina Martins Ferreira, Sócia N.º 2 , Moradora na Travessa das Antas N.º , Sócio N.º , Miguel Francisco Neves de Barros, Morador na Rua das Antas N.º , Sócio N.º Manuel Pinto dos Reis, Morador na Travessa das Antas N.º. No pos-seguimento dos trabalhos verificou-se a situação o Sócio N.º senhor Josué Tomáz de Jesus Ferreira, sobre a situação da casa, em que vive emprestada, a Direcção ~~(depois)~~ definiu a situação perante a Assembleia e esclareceu o Associado que em qualquer situação o mesmo não perderia o direito à casa nova desde que a inquilina onde o mesmo está ~~não~~ viesse outra vez para a casa.

e por não haver mais nada terminou esta reunião pelas 1hora do dia 21/6/80, pelo que se lavrou esta acta que depois de lida vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral

Pelo 1º Secretario = José Santos Ferreira

O 2º Secretario.

— Acta da Assembleia de Voto —

Tal como consta na acta da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia (20) de Junho de (1980). A comissão eleitoral então constituida na mesma assembleia pelos associados que ofereceram os seus préstimos, reuniu e decidiu distribuir aos associados uma nota informativa, a determinar como e quem poderia candidatar-se assim como os periodos de entrega de listas, sua divulgação, e consequente data da Assembleia de Voto. — — — — — — — —

No periodo então determinado deu entrada nos tempos previstos pelo regulamento eleitoral uma lista que foi designada como unica, proposta pelo Presidente da Direção cessante Sr.º Armando Monteiro da Costa Associado nº (18) — — — — — — — — — — — —

Por nada haver que obste-se a candidatura dos componentes da lista, foi dada a conhecer aos restantes associados a sua composição através da afixação na Sede Social da Associação e noutros locais publicos do costume mormente bastante frequentados. — — — — — — — — — — — — — — — —

Por impossibilidade de alguns elementos que compunham a comissão eleitoral, a data prevista para o exercicio do acto eleitoral não pôde ser cumprida, tendo sido informados os Associados da ocorrência e determinado uma nova data. —

Por tais factos Assembleia de Voto foi assim —

finalmente realizado no dia (21) de Setembro de (1980)
O seu início verificou-se às 9 horas e 30 minutos, tendo sido encerrada às 12 horas e 30 minutos tal como constara na nota informativa. — — — — — — — — — — — —
A mesa de voto foi constituida pelos Associados — — — Jorge Castro Oliveira - Presidente, Fernando Aurélio - escrutinador José dos Santos Ferreira - Secretário, Armando Monteiro da Costa - representante da lista, e Maximiano Rogério como elemento fiscalizador. — — — — — — — — — — — —
A urna foi encerrada sem qualquer voto, na presença dos elementos da Mesa e do Associado (nº 85) Sr. Rogério Soares Viegas que procedeu de imediato á entrega do seu voto. —
Sem qualquer ocorrência, e decorrendo normalmente, — encerrou-se a referida assembleia de voto às 12 horas e 30 — procedendo-se de imediato á contagem de votos, uma vez verificadas e contadas as descargas do caderno que constava o nº e nome dos Associados. — — — — — — — — —
O nº de votos entrados na urna foram (87) oitenta e sete. dos duzentos e noventa três com direito a voto, tendo-se registado os seguintes resultados. — — — — — —
(86) oitenta e seis votos a favor e um branco. — — — —
Face aos resultados, foi desta forma eleitos para os orgãos Sociais da Associação de Moradores das Hortas os Associados Srs - Luis Pinheiro da Costa - Sócio Nº (12)
— Fernando da Silva Aurélio - Sócio Nº (15)
— Jorge Castro Oliveira — Sócio Nº (8)
— José Santos Ferreira — Sócio Nº (35)
— Maximiano Rogério Silva Sousa - Sócio Nº (32)
— Fernando Augusto de Jesus — Sócio Nº (22)
— Avelino Esquinarões de Oliveira - Sócio Nº (107)
— Alcino Palmeiro da Silva — Sócio Nº (292)
— Fernando Alberto Salgado Carvalho - Sócio Nº (202)
— Armando de Jesus Santos Rocha — Sócio Nº (99)
— Antonio Manuel da Silva Santos - Sócio Nº (13)
— Rogério Fernando Alves Ferreira — Sócio Nº (26)

Fernando Augusto Ferreira – Sócio Nº (23)
Jaime Ferreira Ferraz – Sócio Nº (286)
José Armando de Oliveira – Sócio Nº (140)
Alvaro Manuel Andrade de Matos – Sócio Nº (233)
José Luis Pereira de Magalhães – Sócio Nº (289)
Alvaro Zulmiro da Silva Aurélio – Sócio Nº (25)
Orlando Antonio Cardoso Vieira – Sócio Nº (162)
Afonso da Silva Monteiro – Sócio Nº (195)
Armando Monteiro da Costa – Sócio Nº (18)
José Armando Correia – Sócio Nº (33)
A comissão eleitoral – Antonio Manuel Silva Santos
Avelino Guimarães Oliveira
Afonso da Silva Monteiro
Fernando Alberto Salgado de Carvalho

A mesa de Voto –
Presidente – Jorge Castro de Oliveira
Escrutinador – Maximiano Rogerio da Silva Lemos
Secretário – José Joaquim Ferreira
Delegados – Armando Monteiro da Costa

O Presidente da Assembleia geral – Alberto da Silva Vasconcelos

Acta Assembleia Geral Ordinária

Pelas 21h30 do dia 20 de Novembro de 1981, realizou-se uma Assembleia Geral ordinária, na Sede Social da Associação de Moradores das Antas, na Praça Dr. Pedro Teotonio Pereira Nº 59 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:
1º - Discussão e aprovação do Relatorio de contas —
2º: Informações aos Associados da actividade da Direcção e no ambito da construção. —
3º: Eleições apresentação de Lista Unica candidata à Direcção. —
A mesa da Assembleia foi constituida pelo Presidente, Armando Monteiro da Costa, Armando Rocha e Fernando Ferreira. Deu inicio aos trabalhos o Presidente da mesa com a leitura da ordem de trabalhos, e como nenhum associado

Contestou, deu o mesmo a palavra ao Presidente da Direcção, José Santos Ferreira, que leu aos presentes (as verbas) os montantes de saídas e entradas e o saldo positivo que a (Direc) Associação tem neste momento, tendo sido consultado o mapa pelos sócios, e intervido o Associado José Danilo da Costa Cunha, que depois de esclarecido passou-se à votação, sendo aprovadas as contas por unanimidade. De seguida deu-se a continuidade à ordem de trabalhos, tendo um elemento da Direcção dado as informações aos Associados do trabalho que tem vindo a desenvolver como, a leitura de uma carta enviada pelo Snr. Arq. Artur Andrade, no referente ao avanço da 2ª fase, e como assim a desculpa dos mesmos dizendo que a Camara não tem casas e que é da competência da Associação o realojamento dos moradores que saírem do local onde fôr implantada a 2ª fase de construção, neste assunto, a Direcção depois de esclarecer devidamente os Associados, pôs a seguinte proposta à discussão, a entrega das casas que temos prontas de imediato ou aguardar até quando os senhores da Camara quiserem resolver o assunto. Este assunto, foi discutido por alguns Associados sendo o Snr. José Danilo a pronunciar-se que devia-mos entregar de imediato as casas e fazer um ofício à Camara a criticar a sua posição, como também o Associado Alberto da Silva Vasconcelos, que referiu a falta de Apoio que a Camara dá às Associações e era de opinião que se entregasse as habitações de imediato. A proposta foi posta à votação, tendo votado a favor (31) para a entrega das casas trinta e um Associados e 3 abstenções sendo aprovada pela maioria. O Associado José Danilo Cunha propôz para que se tome conhecimento dos casos difíceis da Jorra, tendo intervido o Associado Luís Caldas Viegas, para que fosse feito um inquérito aos pedidos que os Associados já tinham solicitado à Direcção. O Presidente da Assembleia Geral, propôz, aos Associados que na distribuição das casas, os Directores que estejam a casas de igualdade fossem eles os beneficiados tendo os presentes concordado.

Entrou-se no terceiro ponto, tendo sido lido aos presentes a constituição da lista única candidata as eleições

da Associação de Moradores das Antas. A Direcção na voz do seu presidente, apelou aos Associados a maxima colaboração e que desenvolvessem um esforço para se oferecerem para colaborar com a Direcção, dizendo mesmo que se os Associados não se interessa-sem pela Assembleia de Voto, os candidatos poderiam não querer ficar na Direcção pois não se sentiam apoiados pelos Associados. E por nada haver mais a constar, terminou a Assembleia pelas 23h 45; pelo que se lavrou esta acta, que depois de lida vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral — Armando Monteiro da Costa

01º Secretario —

02º Secretario —

Acta da Assembleia Geral Extraordinária.

Pelas (21,30) vinte e uma e trinta, do dia dezoito de Fevereiro de Mil novecentos e oitenta e dois, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária, na Sede Social da Associação de Moradores das Antas. Deu início a Assembleia o Presidente da mesma, cerca de meia hora mais tarde, referindo as possiveis dificuldades que esta Assembleia poderá encontrar atendendo à seguinte ordem de trabalhos. Primeiro Ponto - Informações sob/projecto de segunda-fase. Segundo Ponto - Entrega de dezassete casas da primeira fase de construção. No capitulo do primeiro ponto o Presidente da Direcção, deu um esclarecimento aos presentes (no) lendo o plano de actividades da Camara M. Porto, no respeitante à 2ª fase de construção, das Antas, a discussão ficou em suspenso, porque entretanto foi apresentado à mesa um ofício e mapa ou planta topografica que refere a localização da 2ª fase de construção, e como assim as familias alojar de imediato, o referido ofício foi entregue pelo Director Snr. Luis Costa. O ofício ao ser lido alterou de imediato a proposta de entrega de casas elaborada pela Direcção, uma vez que o mesmo da forma como estava redigido assim foi entendido. Face ao assunto em questão foi pedido pelo presidente da Assembleia Geral a suspensão da mesma até esclarecimento dos factos. Seguidamente usou da palavra o

Associado Luiz Caldas Viegas que entendeu ser correcto o pedido de suspensão da Assembleia face à nova situação. O 1º Secretário da Assembleia Geral, Alberto Vasconcelos congratulou-se pela presença de tanta gente na Assembleia e está de acordo com a suspensão da mesma até averiguação dos factos: Posteriormente foi pedido pelo Presidente da A. Geral a ausência por um período curto de forma a poder elaborar, uma moção a ser aprovada pela Assembleia e dirigida ao Sec. Arquitecto Artur Andrade responsável pela habitação na C.M. Porto, tendo ficado a presidir à mesa o Secretário Alberto Vasconcellos. Durante este período existiram várias intervenções de Associados e Directores que referiram o facto de só no dia de Assembleia e à última da hora a C.M.P. ter dado resposta a uma solicitação constante por parte da Direcção, houve que estranhou o facto do documento ter sido entregue a um elemento desta Direcção depois de tantas vezes a mesma ter deligenciado por isso. A pessoa visada, no caso foi o Associado Magalhães, que informou como os casos se passaram no que foi testemunhado pelo Director Luiz Costa. Depois destas situações não foi manifestado pelos presentes interesse debatido sobre a entrega imediata das casas segundo proposta da Direcção. Realizou-se de seguida uma votação que se verificou a vontade da Assembleia em suspender a sessão, que teve 2 votos contra, duas abstenções e o restante grande maioria a favor. tendo sido também aprovada da mesma forma a moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Geral. E por nada mais haver a tratar deu-se por suspensa a Assembleia pelas 20 até data a designar pela Direcção que conjuntamente com alguns Associados, foram na C.M.P. as diligências necessárias não só dos factos, como também o avanço da construção, tendo-se lavrado esta acta que depois de lida vai ser assinada. ——

O Presidente da Assembleia Geral —

O 1º Secretário — Alberto da Silva Vasconcelos

O 2º Secretário. ——

Acta, de continuação da Assembleia Geral Extraordinária de dezasseis de Fevereiro de mil novecentos oitenta e dois, ——————

Pelas 21,30 do dia dezasseis de Março de mil novecentos e oitenta e dois, deu-se a continuação da Assembleia Geral do dia dezasseis do corrente, tendo o lugar do Presidente sido ocupado pelo 1º Secretário, Alberto da (*)

da Silva Vasconcelos pela falta do presidente, como também faltou o 2.º Secretario, Maximiano Rogerio, tendo sido estes lugares ocupados pelos associados nº 237 Jaime Ferraz no cargo de 1º Secretario da A.G. e pelo Associado nº 7 José Danilo Cunha, no cargo de 2º Secretario da A.G.. Ao abrir a sessão do Presidente da mesa, Alberto Vasconcelos, lamentou as ausências (dos) e a partir daí deu a palavra à Direcção que pela voz do seu presidente, passou a informar a Assembleia da visita à Camara, ou seja da entrevista tida pelos elementos da Associação e o Arquitecto Artur Andrade. Posta à consideração da Assembleia uma critica às palavras da direcção usou da palavra o associado nº 7 José Danilo que exortou à unidade de todos os moradores, pois só assim se chegará a bom termo. A seguir o Vice-Presidente da Direcção fez ainda uma achega, referindo parte da conversa havida com o Vereador da C.M.P. Arq. Artur Andrade. O Presidente (também) da Assembleia também teceu algumas considerações sendo secundado pelo Socio nº 7, José Danilo, e como não havia mais interessados em discutir este ponto, o presidente passou ao numero dois da ordem de trabalhos, tecendo algumas considerações para esclarecer os Associados da forma como a Direcção agiu para efectuar a entrega das casas dezassete, tendo de seguida endossado a palavra à Direcção do que aproveitou o Armando Costa, para explicar a maneira de como a Direcção actuou para a escolha dos associados contemplados. Seguidamente o Presidente da Direcção leu os nomes dos associados a quem as casas foram atribuidos, por proposta da mesma Direcção, pondo em seguida à consideração da A. Geral. Registaram-se imediatamente inscrições que foram respeitadas pela ordem de inscrição. Falou a Associada nº 300, Laura Almeida, expondo o seu caso pessoal e pondo em cheque a forma como foram escolhidos os nomes dos Associados invocando em seu favor que tem 2 filhos e que não dormem em casa. A seguir o Associado Fernando Mota, expôs também o seu problema que não difere muito do Associado anterior. O Associado Alfredo Macedo também referiu as suas carências no respeitante à casa tendo que também dormir fora os filhos, pedindo explicações para as duvidas que fôz. O Associado e Director Luiz Costa falou também dos seus problemas, tendo antes invocando o exito da entrega das casas anteriores, culminando por dizer que não

aceitaria a partir daqui qualquer casa dada pela Associação. Também o o Associado nº 229 Alberto Costa referiu os ~~seus~~ problemas no respeitante a sua situação de habitabilidade. A associada nº 242 - Fernanda Soares fez(e) (fez(e)) uma exposição das suas carências que referiu como muito graves. O Associado e Director, nº 32 Maximiano Rogério no uso da palavra pôs em evidência a sua discordância quanto à atribuição das moradias, evidenciando o trabalho exaustivo que os elementos da Direcção vêm tendo na condução dos destinos da Associação e exaltando que os directores deveriam pelo seu trabalho ser os primeiros a ser contemplados com uma habitação. O Associado e Director Fernando Aurélio, no uso da palavra invocou o trabalho que sempre fez e que nunca defendeu casos individuais, mas sim o colectivo, pôs o dedo na ferida numa intervenção polemica de que só em situações como esta os Associados se lembram que existe a Associação. Teve-se nesta altura um burburinho que foi prontamente sanado pelo presidente da A.F., continuando o mesmo Fernando Aurélio a referir as suas ideias, falou no trabalho que a Direcção teve para chegar a consenso, segundo o juízo de honestidade para a entrega de casas. O Associado Luis Viegas, falou acerca de intervenções anteriores, criticando especialmente frazes proferidas por outros oradores e citando concretamente uma carta que teria sido escrita por um actual Director. Nesta altura foi interrompido por um elemento da Assembleia o que provocou largo burburinho, levando o presidente da A.F. a suspender esta pelo espaço de 10 minutos. Findo este prazo o mesmo, retomou a palavra chamando atenção para a coesão que deve existir, continuamente, dando a palavra ao Associado Luiz Viegas, que retirou a alusão que fez referente à carta escrita à Direcção e delegando para a direcção se pronunciar acerca deste caso se assim o entendesse. O Snr. Associado Rodrigo Moreira Monteiro referiu que a seu ver a lista foi mal elaborada, o Director Armando Costa usou da palavra para explicar a razão da opção pela Direcção da lista. Foi dada a palavra novamente aos Associados, falou o Snr. Fernando Mota frizando novamente o seu problema. Seguidamente o Associado Alfredo Macedo que referiu não ter nada a ver com a casa do pai depois de lá ter sido invocada. A associada Laura ~~Ferreira~~ Almeida, voltou a expôr o seu problema e a seguir o Maximiano

lançou nova polémica acerca dum nome que aparece na lista das casas mas não especificou quem é. O Armando Costa criticou aquilo que no seu entender será uma desonestidade ou seja a divulgação de conteúdo de temas considerados confidenciais. A partir daqui o presidente da Assembleia pôs a votação a lista de nomes proposta pela Direcção. Essa votação fez-se por presença pessoal na mesa com os associados identificados e votando da forma como foi indicado em cinco folhas que a seguir foram exibidas perante a Assembleia Geral e tendo da parte desta total aprovação. O Resultado da votação foi a seguinte: quarenta e nove associados votaram a favor da lista, quinze associados votaram contra e dois associados abstiveram-se, passando a referir-se os nomes dos associados que foram contemplados com uma habitação. José Fernandes Pereira de Oliveira Sócio N.º 2[redacted], Sócio nº 8, Jorge Castro de Oliveira, Sócio nº 10 Antonio da Costa Torres, Sócio nº 25 Alvaro Zulmiro da Silva Aurélio, Sócio nº 35 José Santos Ferreira, Sócio nº 47 Antonio Macedo, Sócio nº 57 - José Fernando S. Vasconcelos, Sócia nº 61 - Ana Martins Dantas, Sócio nº 67 - Modesto Barros da Mota, Sócio nº 85 - Rogério Soares Viegas, Sócio nº 98, Joel Moreira Matos, Sócio nº 99 - Armando de Jesus Santos Rocha, Sócio nº 100, Luiz Coldas Viegas, Sócia nº 112 - Balbina Rosa da Conceição, Sócio nº 119 - João Marques Pinto, Sócio nº 151 - Alexandre Santos Pereira, Sócio nº 248 - Lindório José Silva Santos, Depois da votação interveio o Director Maximiano Rogerio no seu esclarecimento de voto, manifestando o seu desacordo quanto à elaboração da lista dizendo que o problema era não haver acordo quanto aos nomes todos indicados. A associada Laura ~~Ferreira~~ Almeida manifestou o seu desacordo, evocando o nome de dois associados que constam da lista. O Presidente da mesa referiu que não havia culpas das más interpelações pelos ouvintes. O Presidente da Direcção José Ferreira, usou da palavra para referir que continuaria a lutar como até aqui para que a construção continuasse. E devido ao adiantado da hora e como se entrou numa situação de impasse, o presidente da Assembleia deu esta como encerrada pelas 01h e dez minutos do dia

vinte e sete de Março de Mil novecentos e oitenta e dois, tendo-se lavrado esta acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral
O 1º Secretário Alberto da Silva Vasconcelos
O 2º Secretário

Assembleia Geral

Aos trinta de Novembro de 1983, pelas 21 horas, reuniu-se em Assembleia Geral Ordinária a Associação de Moradores das Antas, na sua sede social, sita à Praça das Flores nº 59, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º) Leitura e aprovação da Acta anterior
2º) Discussão e aprovação do Relatório e Contas
3º) Meia hora para tratar de assuntos de interesse para a colectividade, e discussão de proposta para aumento de quotas.
4º) Eleição de novos Corpos Gerentes

Em virtude do pedido de demissão apresentado pelo presidente da Assembleia Geral, foi esta presidida pelo 1º Secretário, tendo a Assembleia Geral deliberado que este fosse substituido pelo associado José Danilo Cunha. Posto isto, o presidente em exercício da Assembleia Geral começou por lêr a convocatória. Assim, passou-se ao 1º ponto, tendo a acta sido aprovada por unanimidade.

No entanto, e ainda antes da leitura da acta da sessão anterior, o presidente da Assembleia Geral teceu duras críticas às pronunciadas ausências dos associados, tendo sido particularmente contundente com os associados moradores nas casas do Bairro da Associação. Feita esta ressalva passou-se ao 2º ponto. Lido para os associados pelo presidente da Assembleia

CD25A

Geral e de seguida posto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Depois disto, passou-se ao 3º ponto da Ordem de Trabalhos. Falou em primeiro lugar o associado José Ferreira (Varela), que pretendeu dar informações àcerca do que tem obtido da C.M.P.. Expôs demoradamente, e em grande pormenor, todos os problemas relacionados com a construção de novas casas, e das dificuldades que são postas pelos organismos oficiais. Informou ainda a compra do barraco que era do empreiteiro, pela Associação. Depois, o associado Maximiano Rogério voltou a pôr em relevo todas as dificuldades por que passa a Associação, lembrando que a C.M.P. expropria casas, mas que se fica por aqui, não dá do qualquer saída. Fez a pergunta se a Associação iria passar apenas a nível do Infantário.

A tudo isto respondeu novamente o José Ferreira repetindo e reforçando o que tinha dito anteriormente, mas acrescentando que era vontade da C.M.P. transformar a Associação de Moradores, em Cooperativa.

O associado Álberto Vasconcelos teceu diversas considerações àcerca de política geral, e colocou em destaque o preço elevadíssimo que iriam custar as casas construídas nessas condições. Exortou também à união de todos os moradores e da população em geral, para que se lute em unidade para tentar pôr cobro à escalada de aumentos de preços.

O associado António Manuel, teceu considerações àcerca da política geral do país, inserindo-a depois no contexto da Associação, acabando por afirmar que a Associação há-de resistir e continuar, mesmo até contra este avanço do actual Governo.

O Lopes Viegas, também exortou a que a colectividade deve resistir, e fazendo um comentário a outro assunto, disse que no seu entender, o Bairro

deveria estar melhor conservado.

Relativamente ao aumento de quotas, falou o José Ferreira que relatou despesas gerais imediatas, e que tinham necessidade de serem sanadas. Propôs 30$00 mensais, e pediu para que as pessoas presentes, se pronunciassem.

A seguir, o Luís Viegas, lembrou um assunto já falado numa Assembleia Geral anterior, e que era a aplicação de uma cotização suplemental que serviria para amortização das casas do Bairro.

O José Ferreira deu uma explicação para este caso. Explicou que já algum dinheiro foi empregue para pagamento do empréstimo contraído.

Posto novamente o facto do aumento de quotas, a Assembleia Geral começou com a discussão, mas o associado Nº 7, fez uma observação àcerca do preço da nova quota, e apresentou uma proposta para novo preço de 20$00, no que foi corroborado pelo Luís Viegas. Assim, e posta à votação, foi esta aprovada por unanimidade.

Passada esta fase, o presidente da Assembleia Geral passou ao 4º ponto da Ordem de Trabalhos, isto é, Eleição de Novos Corpos Gerentes.

A direcção apresentou uma lista, que foi lida para a Assembleia Geral, nome a nome, e que foi aprovada por unanimidade. O Maximiano Rogério fez um reparo, declarando-se satisfeito com a composição da lista.

O presidente da Assembleia Geral, propôs que o associado Maximiano Rogério fosse declarado como colaborador da direcção, o que foi considerado e aprovado. Assim, e para que conste, passa a ser exarada a lista com os nomes dos dirigentes que dirigirão os destinos da colectividade.

Presidente da Assembleia Geral – Alfredo da Silva Vasconcelos
1º Secretário da Assembleia Geral – Angelo Ferreira de Oliveira
2º Secretário da Assembleia Geral – Armando Monteiro da Costa

Porto. D I R E C Ç Ã O

PRESIDENTE ..... JOSÉ SANTOS FERREIRA
VICE PRESIDENTE ..... ARMANDO DE JESUS SANTOS ROCHA
1º. SECRETARIO ..... FERNANDO AUGUSTO DE JESUS
2º. SECRETÁRIO ..... FERNANDO ALBERTO CABRAL
TESOUREIRO ..... JORGE CASTRO DE OLIVEIRA
1º. VOGAL ..... MAXIMIANO ROGÉRIO DA SILVA SOUSA
2º. VOGAL ..... ANTÓNIO DA COSTA TORRES

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE ..... JOSÉ FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO ..... LUIZ ALBERTO DA SILVA AURÉLIO
RELATOR ..... FERNANDO MOREIRA ZACARIAS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE ..... ALBERTO DA SILVA VASCONCELOS
1º. SECRETÁRIO ..... ARMANDO MONTEIRO DA COSTA
2º. SECRETÁRIO ..... JOSÉ ARMANDO CORREIA

F387 A.N.A/U&MP
SC1
SR2
(1-9)
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

F367 A.H.A/UAMP
SC1
SR2

(1-8)

CD25A

Associação Moradores
das ANTAS
Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 59
PORTO

RELATÓRIO

Novembro de 1981

Receita

ALUGUEIS - AMORTIZAÇÕES	1.184.000$00
ALUGUEIS	47.960$00
COTAS E JOIAS	46.460$00
EMPRÉSTIMO - CONSTRUÇÃO	1.941.961$00
JUROS BANCÁRIOS	67.552$50
RECEITAS DIVERSAS	46.794$50
PAGAMENTO DAS CRIANÇAS DO INFANTÁRIO	467.500$00
PAGAMENTO DAS CRIANÇAS DOS TEMPOS LIVRES	138.100$00
SUBSIDIOS	
JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ	80.000$00
JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM	50.000$00
CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	2.847.300$00
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	1.372.533$70
	8.290.161$70

CD25A

DIRECÇÃO

PRESIDENTE: - José Santos Ferreira

1ºSECRETÁRIO: Fernando Augusto de Jesus

TESOUREIRO: Jorge Luís Oliveira

CONCE

PRESIDEN

SECRETÁR:

RELATOR:

Associação Moradores
das ANTAS
Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 53
PORTO

E CONTAS

A Outubro de 1983

Despesa

DEVOLUÇÃO DE ALUGUEIS	69.760$00
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES	3.105.928$00
SEGURO DE INCENDIO	32.398$80
DESPESAS GERAIS	639.099$60
ALUGUER	570.000$00
TELEFONE - ÀGUA - LUZ	56.815$50
PAGAMENTO DE VENCIMENTOS	1.941.903$00
CX. PREVIDÊNCIA - F. DESEMPREGO	567.338$00
	6.983.242$90
SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	1.306.918$80
	8.290.161$70

CD25A

LHO FISCAL

E: Assunção Rocha

O: Fernando Augusto Ferreira

RESUMO

ENTRADAS	8.290.161$70
SAIDAS	6.983.242$90
SALDO	1.306.918$80

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Centro de Documentação 25 de Abril

Presidente do Conselho Fiscal - António Manuel Silva Santos
Relator " " " - Armando Jesus Santos Rocha
Secretário " " " - António da Costa Torres
Presidente da Direcção - José dos Santos Ferreira
Vice- " " - José Danilo Costa da Cunha
1º Secretário " - Fernando Augusto de Jesus
2º " " - Alexandre Santos Pereira
Tesoureiro " - Jorge Castro de Oliveira
Vogal " - António José Lourenço Silva Santos
Vogal " - Alcino Palmeiro da Silva
Vogal " - Fernando Alberto C. Cabral Oliveira
Vogal " - Avelino Guimarães Oliveira
Vogal " - Luís Caldas

Assim, nada mais havendo a acrescentar, o presidente da Assembleia Geral deu esta por encerrada, elaborando-se esta acta que depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente - [illegible]
1º Secretário - José Danilo Costa da Cunha
2º Secretário - Armando Monteiro da Costa

Assembleia Geral Ordinária

Pelas vinte e duas horas do dia vinte e nove de Novembro de Mil novecentos e oitenta e cinco, na Sede Social da Associação de Moradores das Antas, sita na Praça Drº Teotónio Pereira nº cinquenta e nove na cidade do Porto, realizou-se mais uma assembleia Geral ordinária, para prestação de contas informação de âmbito geral, assim como da necessidade de promover eleições. Assembleia convocada nos termos estatutários e com a seguinte ordem de trabalhos.

1º ponto

Leitura e aprovação da acta da assembleia

geral realizada anteriormente.
2º ponto
leitura, discussão e aprovação do relatorio e contas e parecer do Conselho Fiscal.
3º ponto
Informações diversas.
1º ponto
realização de eleições, apresentação de candidaturas.

Registadas as presenças de setenta e quatro associados e seus familiares o Presidente da Assembleia em exercicio Alberto da Silva Vasconcelos deu inicio a Assembleia com a leitura da acta da assembleia anterior que foi aprovada por unanimidade. Após assinatura dos membros da Mesa, Srs Angelo Oliveira e Armando Costa, secretários e por ultimo o Presidente atrás referido, foi posto a apreciação dos associados o relatório e Contas tal como consta da ordem de trabalhos.
Após a leitura do mesmo alguns associados pediram esclarecimentos sobre a rubrica de verbas consignadas, feito o devido esclarecimento pelos membros do conselho fiscal presentes, Srs Armando Rocha e Antonio Torres, procedeu-se á votação, tendo-se registado (11) abstenções e sessenta e três votos a favor. Posteriormente seguiu-se o 3º ponto da ordem de trabalhos que constava de várias informações, nomeadamente a necessidade de conservação e obras nas habitações do Bairro Social, Higiene e saude publica, jardins etc.
Após a intervenção do Presidente José Santos alguns associados intervieram colaborando todos eles nas ideias da Direção mostrando-se disponiveis para as iniciativas recomendadas.

Por último e cumprindo a ordem de trabalhos, foram informados os associados da necessidade de eleições para os novos corpos gerentes, cumprindo-se desta forma o estabelecido nos Estatutos e na Lei.
Explicado o regulamento eleitoral e lido os artigos dos Estatutos referentes a eleições, decidiram os presentes por unanimidade marcar o acto eleitoral para o dia vinte e nove de Dezembro do ano em curso, com o horário de votação das nove horas às treze.
Determinada a ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Geral deel por determinados os trabalhos pelo que se lavrou esta acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral
Alberto da Silva Vasconcelos
Os secretários da Assembleia Geral
Angelo Fernando Ferreira de Oliveira e
Fernando Monteiro da Costa

Assembleia de Voto

No dia vinte e nove de Dezembro de Mil novecentos e oitenta e cinco, pelas nove horas teve início assembleia de voto instalado na Sede Social da Associação de Moradores das Hortas sita na Praça Dr. Teotónio Pereira nº cinquenta e nove desta Cidade, para eleger os novos corpos gerentes da referida Associação.
A mesa da assembleia de voto foi presidida pelos associados, nºs dezasseis, trinta e cinco e trezentos e doze respectivamente Alberto da Silva Vasconcelos, José dos Santos Ferreira e Angelo Fernando Ribeiro.
Apenas uma lista designada como única e proposta pelo associado José dos Santos Ferreira se apresentou ao acto eleitoral e obteve os seguintes resultados após o encerramento. (85) votos a favor e (6) brancos.

o numero de associados com direito a exercer o voto era de (153) houve portanto (59) que não votaram.
Assembleia encerrou ás treze horas e conhecidos os resultados, o Presidente ordenou a sua afixação e tomada de Posse para o dia dez de Janeiro de mil novecentos e oitenta e seis. Desta forma os novos corpos gerentes da Associação de Moradores das Antas são os seguintes.

cargo: Presidente da Assembleia Geral
Nome: Alberto da Silva Vasconcelos.
cargo: 1º Secretário da Assembleia Geral
Nome: Angelo Fernando Ferreira Ribeiro
cargo: 2º Secretário da Assembleia Geral
Nome: Armando Monteiro da Costa
cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Nome: Antonio Manuel da Silva Santos
cargo: Relator
Nome: Armando de Jesus Santos Rocha
cargo: Secretário
Nome: Antonio da Costa Torres.
cargo: Presidente da Direção
Nome: José dos Santos Ferreira
cargo: Vice-Presidente
Nome: José Danilo Costa da Cunha
cargo: 1º Secretário
Nome: Fernando Augusto de Jesus
cargo: 2º Secretário
Nome: Alexandre Santos Pereira
cargo: tesoureiro
Nome: Jorge Castro de Oliveira
cargo: Vogal
Nome: Antonio José Lourenço Silva Santos
cargo: Vogal
Nome: Alcino Palmeiro da Silva

CD2SA

CONFERIDA FOTOCÓPIA
Em 23 / 12 / 86
1.º Cartório Notarial do Porto
O Ajudante / Escriturário

cargo : Vogal
Nome : Fernando Alberto C. Cabral Oliveira
cargo : Vogal
Nome : Agostinho Guimarães de Oliveira
cargo : Vogal
Nome : Reis Caldas

Sem mais nada a tratar se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada será assinada.

O Presidente da Assembleia de Voto
Alberto da Silva Vasconcelos
Os secretários da Assembleia de Voto
Jorge [illegible]
José Santos Ferreira
O Presidente da Assembleia Geral

Alberto da Silva Vasconcelos

Assembleia Geral

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de 1986, nos termos do artigo 29 dos Estatutos da Associação de Moradores das Antas, reuniram-se os associados numa Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Remodelação dos Estatutos para efeitos do Centro Regional de Segurança Social.

Aberta a sessão pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, e como se encontrasse em falta o 2º Secretário desta, foi proposto que o cargo fosse ocupado pelo associado Nº 7, José Danilo Costa da Cunha, o que a Assembleia Geral aceitou por votação.

Posto isto, foi lida a Ordem de Trabalhos pelo presidente da Mesa, tendo sido aprovada. Logo de seguida, propôs a que um elemento da direcção desse um esclarecimento pormenorizado do motivo pelo qual se realizou esta Assembleia Geral.

Falou o dirigente Fernando Cabral, e disse que a alteração dos pontos em referencia dos Estatutos da Associação de Moradores das Antas, se deve a imposição do Centro Regional de Segurança Social. Explicou que este Organismo só continuaria a atribuir os subsidios que vem mantendo, mediante as alterações propostas.

O associado Fernando Amélio disse que no seu entender não se tratava de modificação, mas sim acréscimo aos Estatutos. Foi logo elucidado que não, que era uma alteração, e que perante a Assembleia Geral teriam de ser lidos, votados e aprovados.

Assim o Presidente da Assembleia Geral, fez a leitura das altelações, ponto por ponto, pondo-os no final à aprovação, tendo estes sido aprovados por unanimidade, sem que, no entanto, não deixassem de ser tecidas fortes criticas ao Centro Regional de Segurança Social, pela voz de alguns associados pela forma como estas altelações foram impostas.

Desta forma, faz-se notar que as referidas altelações, dactilografadas em folhas de 35 linhas, depois de devidamente assinadas e autenticadas, passarão a fazer parte integrante desta acta.

Sem mais, e devido ao assunto estar já esgotado, o Presidente da Assembleia Geral deu esta como encerrada.

Assim se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada, será assinada.

- O Presidente Alberto da Silva Vasconcelos
- 1º Secretário Ana Maria Monteiro da Costa
- 2º Secretário - José Danilo Costa da Cunha

Assembleia Geral

Aos vinte dias do mês de Janeiro de 1988, e Nos termos do Artigo 25.º dos Estatutos da Associação de Navadores das Antas, reuniram-se os Associados numa Assembleia Geral ord. maria com a seguinte ordem de trabalhos.

1.º Leitura da Acta anterior
2.º Discussão e Aprovação do relatório e Contas, e Parecer do Conselho Fiscal
3.º Eleição dos novos Corpos-Gerentes.

Esta folha foi anulada por erro de datas

O Presidente da Assembleia-Geral

O Secretário

CD25A

ASA
CD2

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD025A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

42/100

CD25A

CD25A

43/100

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CC25A

CD25A

ASU
CD2R

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CDZA

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

57/100

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CDA

CD25A

CD25A

CD205A

CDS25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

77 / 100

CD25A

CD25A

CD25A

CDS025A

CD25A

CD25A

80/100

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

001/98

D25A

CD25A

CD25A

CDZA

CD25A

CDZA

CD25A

CDQ25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

_____ de _____ de 197__

Requisito:

_____ *livros da v/ referência* 200-D

com _____ *fls. cada* _____

que me remeterão, por: _____ *para:* _____

Requisitante: _____

Endereço: _____

(CARIMBO)

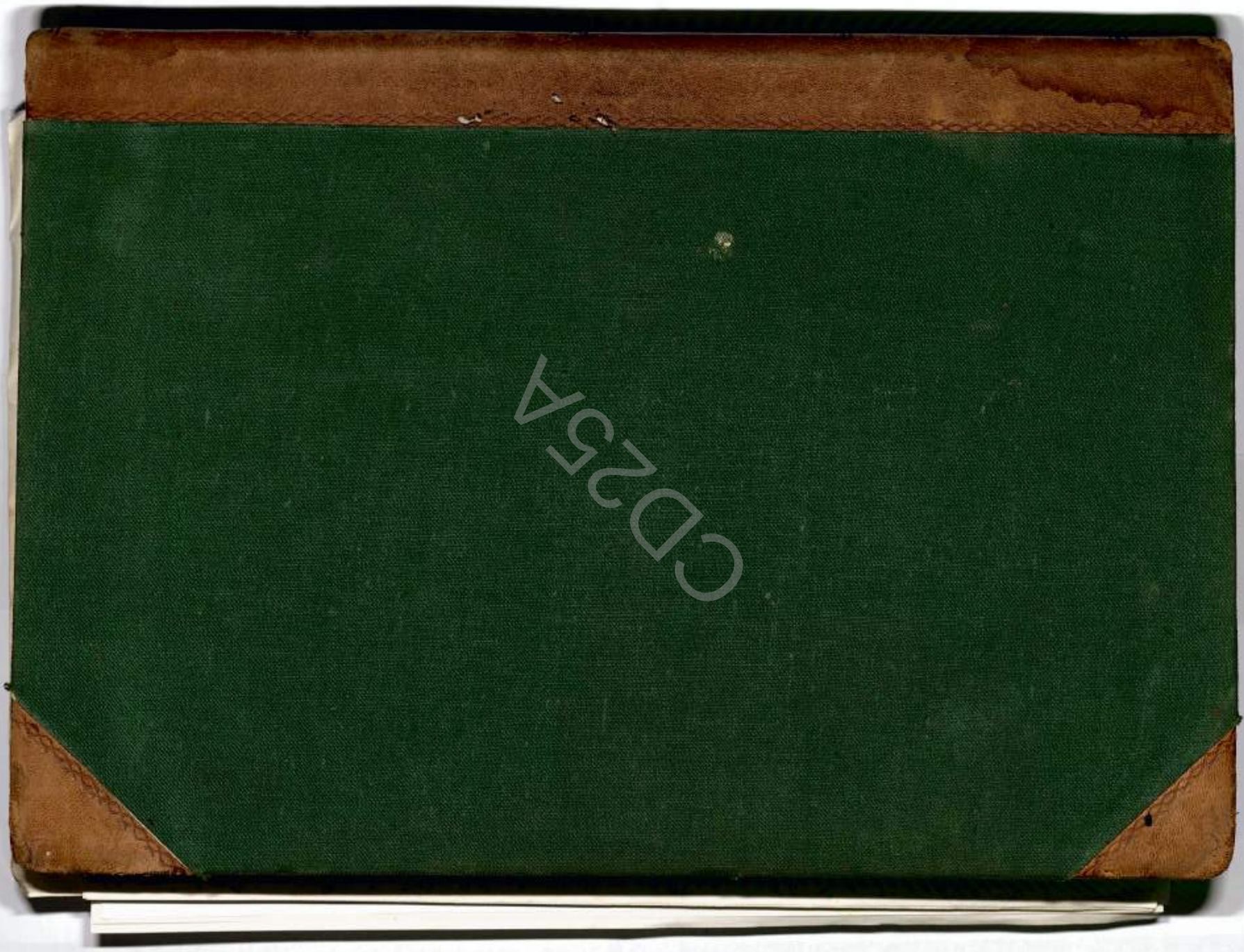
_____
assinatura

CD25A

CD25A

CD25A

NOTARIO

R. ALVES CABRAL=245~

CD25A